MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO NO BRASIL

(Subsídio para a Conferência Internacional de Educação)

1971

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

I N T R O D U Ç Ã O

O presente documento tem por objetivo oferecer uma visão de conjunto da educação brasileira nestes últimos anos, indicando seus principais problemas, destacando as suas tendências rnais características e assinalando a orientação básica da política educacional.

Com esse objetivo em mente procuramos traçar um quadro estrutural em que se move o processo educativo, ressaltando os fatos rnais importantes? apontando as soluções formuladas, as Reformas em curso e os projetos prioritários programados pelo Plano Trienal de Educação do Govêrno brasileiro.

Expansão sem precedentes verificada em todos os níveis. Transformações profundas das es? truturas que acompanham as modificações radicais da sociedade brasileira definem o processo educacional nessi ultima decada. Três fatos importantes emergem de uma simples analise da problemática educacional brasileira e da Unha de política educacional adotada para resolvi-la. Em primeiro lugar, generalizou-se a convicção da democratizaçao do ensino e, particularmente, o postulado, consagrado em nossa Constituição, que estende a escolaridad?

obrigatória até aos 14 anos de idade, através de uma escola fundamental que visa dar uma formação básica, comum ao homem brasileiro.

Em segundo lugar, constitui, hoje je, uma idéia-fôrça de nossa sociedade a vinculação do processo educativo ao esforço de desenvolvimento.

Ao lado de considerar-se a educação como fator de promoção humana individual, predomina a idéia de educação como pré-investimento, que condi_ cionarcrescimento realização de uma sociedade desenvolvida e democratica.

Em terceiro lugar, destaca-se, nesse movimento de Reformas, que atinge a educação em todos os seus niveis, a decisão enérgica de se constituir uma educação genuinamente nacional, talhada a nossa ima_ gem e semelhança e identificada com o projeto nacional de desenvolvimento, considerado em toda a sua dimensão.

Brasilia, BR, setembro, 1971.

A EDUCAÇÃO NO BRASIL (1970/1971)

1 - Bases Legais e Atividades Educacionais

A educação brasileira tem como principais suportes legais, no periodo, a Constituição do Brasil **e** a lei 4024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

1.1 - A Constituição estabelece que:

- a educação e direito de todos
- **deve** inspirar-se no principio de unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.
- o ensino é livre a iniciativa particular, a qual merecera amparo tecnico e financeiro dos Poderes Públicos.
- o Poder Publico ministrara o ensino nos diferentes graus.
- a legislação do ensino adotara as seguintes normas e principios:

  a) o ensino primario sera ministrado somente na lingua nacional.

  b) o ensino dos 7 aos 14 anos e obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primarios oficiais.

  c) o ensino oficial, ulterior ao primario sera gratuito para os que comprovarem carencia de recursos.

  d) o ensino religioso devera constar dos horarios normais dos estabelecimentos de ensino primario e medio.

  e) é garantida a liberdade de cátedra.

- Os Estados e o Distrito Federal organizarão seus sistemas de ensino e a União os dos Territorios assim como o sistema federal o qual terá caráter supletivo.
- A União prestara assistência tecnica e financeira para o desen - volvimento dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.
- Cada sistema terá, obrigatóriamente serviços de assistência educacional que assegurem, ao aluno, eficiencia escolar.
- As empresas comerciais, industriais e agrícolas sao obrigadas a manter ensino primario gratuito para seus empregados e os filhos destes, segundo o que a lei indicar.
- As emprêsas comerciais e industriais, devem, ainda, ministrar, era cooperação, aprendizagem a seus trabalhadores menores.

1,2 - A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , que sofreu profundas modificações com a lei nº 5692 de 11/8/71, estabelece em seu artigo lº que: A educação nacional, inspirada nos principios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da familia e dos demais grupos que compõem a comunidade;
b) o respeito a dignidade e as liberdades fundamentais do homem;
c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

e) o preparo do individuo e da sociedade para o dominio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as personalidades e vencer as dificuldades do meio;

f) a preservação e expansão do patrimonio cultural;

g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosofica, politica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

1.2.1 - A mesma lei estabelece, ainda, em relação ao ensino primario que:

- ele tem por fim o desenvolvimento do raciocinio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio fisico e social;

- sera ministrado, no minimo, em quatro series anuais, podendo os sistemas de ensino estender sua duração ate seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e a idade;
- sera feito o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar, pela administração do ensino;
- sera promovido, também pela administração, o incentivo e a fiscalização da frequência as aulas;
- cada municipio fará anualmente, a chamada da população escolar de sete anos de idade, para matricula na escola primaria;
- sofrerá sanções o pai de familia que nao enviar seu filho a escola.

1.2.2 - Em relação ao ensino medio, a lei acima referida es

tabelece:

- a educação de grau médio, em prosseguimento a ministrada na escola primaria destina-se a formação do adolescente;
- o ensino medio sera ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangera, entre outros os cursos secundarios, técnieos e de formação de professores para ensino primario e pré-primário.

1.2.3 - A LDB dispõe sôbre os Conselhos Estaduais de Educação aos quais incumbe a organização dos sistemas estaduais de ensino.

1.2.4 - 0 ensino de Educação Moral e Civica, bem como o de Educação Fisica tem legislação especial.

1.3 - No que concerne ao ensino superior a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, fixa normas de organização e funcionamento e sua articulação com a escola media, e estabelece que:

- o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nivel universitario.
- o ensino superior indissociável da pesquisa, sera ministrado em universidades e, excepcionalmente em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito publico ou privado.

1.4 - A partir de 1971, rnais precisamente, com a promulgação da lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, que da novas Diretrizes e Bases para o Ensino de lº e 2º graus, sao introduzidas profundas alterações no sistema de ensino destacando-se:

- a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 8 anos (compreenden) do os antigos primario e ginásio;;
- a integração e continuidade dos estudos nesses oito anos de esco larização;
- a caracterização do curriculo como abrangendo educação geral e educação especial; esta com objetivo de sondagem de aptidões,nas series finais do lº grau e de profissionalização no 2º grau;
- maior autonomia aos estabelecimentos de ensino na elaboração dos currículos.

- manutenção da autonomia dos estabelecimentos de ensino quanto a seu regime disciplinar, didático e sua organização administrativa;

1.5 - Autoridades Educacionais

A educação no Brasil e uma responsabilidade de varios niveis de autoridade. O Governo Federal divide com os Estados e municipios a responsabilidade das diretrizes educacionais e do funcionamento do Sistema segundo previsto na Constituição Federal (1969 - art. 177).

No ambito do Poder Federal - (ver organograma do MEC anexo 1) são autoridades incumbidas da formulação da politica educacional brasileira, pelo estabelecimento de objetivos, normas e diretrizes educacionais, em consonancia com os objetivos gerais fixados pelo Governo:

- Ministro da Educação e Cultura, a quem compete:
  - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos orgãos e entidades da Administração Federal e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente;
  - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
  - apresentar ao Presidente da Republica relatório anual dos serviços realizados pelo Ministerio da Educação e Cultura;
  - praticar os atos pertinentes as atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da Republica.
- Conselho Federal de Educação, alem de outras atribuições, compete:
- sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino;

- promover e divulgar estudos sobre os sistemas estaduais de ensi_ no;
- adotar ou propor modificações e medidas que visem a expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;
- estimular a assistência social escolar;
- emitir pareceres sôbre assuntos e questões de natureza pedagógiga e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura;
- conhecer dos recursos interpostos pelos candidatos ao magistério federal e decidir sôbre eles;
- manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;
- analisar anualmente as estatisticas do ensino e os dados complementares.

Comissão Nacional de Moral e Civismo - Decreto-Lei nº 869 de 12/9/69 - Dentre outras atribuições, a ela compete:

• articular-se com as autoridades civis e militares de todos os níveis de govêrno, para implantação e manutenção da doutrina da Educação Moral e Cìvica;

. colaborar com o Conselho Federal de Educação na elaboração de currículos e Programas de Educação Moral e Cívica;

• assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da Moral e Civismo, e colaborar com os Diretores de Departamentos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem neces - sárias.

Conselho Federal de Cultura - Decreto—Lei nº 74 de 21/11/66, a quem compete:

- formular a politica cultural nacional;
- articular-se com as autoridades dos orgãos federais, esta duais e municipais, bem como das universidades escolas e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais;
- apreciar os planos parciais de trabalhos elaborados pelas autoridades de ógãos culturais do Ministério da Educação e Cultura, com vistas à sua incorporação a uma programação anual a ser aprovada pelo Ministro de Estado.

Autoridades responsáveis pela execução da politica educacio - nal:

- Diretores de Departamentos do Ministério da Educação e Cultura, aos quais compete a direção superior}
- Delegados Regionais incumbidos de orientar, coordenar, controlar e executar as atividades específicas do Ministério da Educação e Cultura;
- Diretores de órgãos setoriais de execução, com subordinação direta ao Ministério da Educação e Cultura, tais como: de colégios, institutos, faculdades isoladas e outros;
- Diretores de autarquias educacionais;
- Reitores de Universidades.

No âmbito estadual - de acôrdo com o artigo 174 da Constituição Federal de 1969 e com o artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sao responsáveis pela politica educacional»

- 0 Secretário de Estado da Educação
- 0 Presidente do Conselho Estadual de Educação

No ambito municipali Alguns municipios têm sua própria comia são cuidando dos assuntos educacionaia principalmente relacionados com a educação fundamental»

2. Organisação do Sistema escolar (organograma - anexo 2)

2.1 Inspeção e Contrôle do Ensino

A partir do decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970, que dia põe sôbre a organisação administrativa do Ministério da Educação e Cultura, à Secretaria de Apoio Administrativo, competei orientar, coordenar e controlar a execução das atividades-meio, na área administrativa do M.E.C, através das Delegacias Regionais de Ensino e Representações.

É da competência dos Estados e do Distrito Federal a inspeção dos estabelecimentos de ensino primário e médio, não pertencentes à União (artigo 16 LDB).

Ensino Médio

- Até o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionai - Lei nº 4.024, de 20.12.1961, todos os estabelecimentos de ensino médio, públicos ou particulares, sem exceção, estavam sujeitos a inspeção federal do Ministério da Educação e Cultura.
- A inspeção federal realizada, simultâneamente, pela forma direta junto ao estabelecimento de ensino, através dos inspetores federais, e indireta pelos Órgãos e seções especializadas das Diretorias dos diversos ramos do ensino médio, estaria definida em atividades de fiscalização propriamente dita e orientação pedagógica dos estabelecimentos de ensino.
- Tendo em vista que até esse periodo, era ainda escasso o número de estabelecimentos oficiais, predominando em cêrca de 75%

o número de escolas da iniciativa privada, a inspeção quase se limitava a fiscalização rígida da legislação em vigor, dee de a verificação, das condições materiais, aparelhamento didático, organização administrativa e docente até ao salário do professor, em detrimento da supervisão do ensino, da orienta ção pedagógica.

Assim, refletindo as condições de desenvolvimento do ensino, o Ministério da Educação e Cultura, calcado em moldes centra litadores, fiscalizava e controlava o ensino em tôdas as suas modalidades, mantendo, por isso mesmo, currículos rígidos, in flexíveis, de caráter nacional, variáveis apenas em relação ao ensino secundário tradicional, nos ramos comercial, indus trial e agrícola, êstes com sentido profissionalizantes, mas de percentual reduzido a menos de l/3 do ensino secundário.

Para melhorar a execução dm sua política administrativa em todo o território nacional, o M.E.C, iniciou a descentraliza- ção dos serviços de inspeção federal, criando, em cada Estado a partir de 19541 no ensino secundário, as Inspetorias Secolo nais de Ensino, G nos demais ramos de ensino, Inspetorias Re gionais e Representações.

Vale esclarecer que esses órgãos, com corpo de Inspetores de ensino e certa estrutura técnico administrativa, localizados nas Capitais dos Estados e em cidades do interior, totalizan do só no ensino secundário cêrca de 43 (quarenta e três)ins- petorias, estão em vias de transformação, nao somente pela Reforma Administrativa qus vai aglutinar todos os órgãos re gionais federais do M.E.C. em Delegacias, mas também pelos novos objetivos dêsse Ministério que lhe são atribuídos na próxima Reforma do Ensino.

A vigência plena da Lei de Diretrizes e Bases, orlando oe Sistemas Estaduais de Ensino, teve COBO CONSEQUÊNCIA imediata a redução do contrôle Federal do ensino médio pelo Ministerio da Educação e Cultura, restrigindo-o apenas aos estabelecimentos particulares. Certo dispositivo daquela Loi (artigo 110) ainda admitia que esses estabelecimentos de ensino manifestassem opção por um dos sistemas federal ou estadual, o que reduziu ainda mais o número de escolas sujeitas à inapeção e contrôle federal.

A. criação dos sistemas estaduais de ensino, além das numerosas vantagens decorrentes da quebra da tradicional rigidez curricular do sistema anterior, bem como pela redução do controle nacional do ensino pelo M.E.C, conferindo aos Estados a tarefa de adaptar o ensino às peculiaridades e necessidades locais, trouxe ao cabo de 10 anos da vigência da Reforma da Ensino, um aurto de crescimento das escolas oficiais, estaduais e municipais, em decorrência da dinamização da politica educacional através dos planos nacionais de educação, executados pelas Secretarias de Educação dos Estados, com a colaboração dos chamados Conselhos Estaduais de Educação.

Inegavelmente, após uma década de aplicação da reforma iniciada em 1961, podemos assinalar que se reduziu a iniciativa privada no ensino, pois o ensino público teve extraordinário desenvolvimento, estimando-se em 55% *o* número de estabelecimentos oficiais, enquanto o ensino particular que se situava acima de 72%, esta reduzido a 45% e, conseqüentemente, em termos estatísticos, a inspeção e o controle do ensino médio pelo sistema federal está abaixo desse percentual.

- Merece, todavia, destaque o papel de assistência técnica e financeira aos sistemas locais desenvolvidos nesse periodo pelo M.E.C, através de diversos programas de melhoria e aperfeiçoamento do magistério, nos diversos graus do ensino, especialmente no primário e médio, na criação dos centros da treinamento de professores, na divulgação, implantação e equipâmento de ginásios orientados para o trabalho, compensando, nesse periodo, a diminuição da inspeção e contrôle pela melhoria dos padrões de ensino através da assistência técnica e financeira.

ENSÍNO SUPERIOR

S da competência da União reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior (artigo 14 da LDB)•

De acordo com a Lei nº 5.540 de 28.11.1968 (da reforma Universitária), as Universidades e os estabelecimentos isolados reconhecidos ficam sujeitos a verificação periàdica pelo Conselho de Educação Competente, observado o disposto nesta Lei.

A autorização e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior caberão aos conselhos estaduais de educação na forma da lei estadual respectiva.

As Universidades gozarão da autonomia didático-cientifica , disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.

2.2 - Duração da escolaridade obrigatória

- Considerando que a Lei declara que "o ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos" (artigo 27) e que "o ensino primario será ministrado, no minimo, em quatro sériés anuais", (artigo 26) a escolaridade obrigatória , sujeita as sanções legais, 6 de apenas quatro anos. Todavia, diversos dispositivos relativos ao trabalho do menor estendem a escolaridade até aos dezoito anos.
- Verificamos assim, que o problema da duração da escolaridade obrigatória nao estava ainda bem definido, melhor diriamos, garantido por medidas coercitivas e de execução prática» Isto se evidencia, nao somente pela elevada taxa de evasão escolar no ensino primário, atingindo a cêrca de 75%, através de 4 ou 5 anos de estudo, mas também pelo fato de que somente os menores que exercem atividade remunerada, a partir dos 12 anos (a atuai Constituição reduziu de 14 para 12 anos a idade minima para o empregado menor) estão obrigados a freqüentar escolas especiais mantidas pelo SESI, SENAI, SENAC ou escolas elementares, de 1º ou 2º graus.

  Tendo em vista o alto Índice de evasão escolar, cuja incidencia é maior nas famílias de classe pobre, o menor que trabalha (e trabalha aos 12 anos por necessidade) tem pouca ou nenhuma escolaridade e somente conta com a perspectiva de retornar ao ensino primário e obter quatro ou seis anos de escolaridade, desde que exerça atividade no comércio, indústria o outras atividades sujeitas a regis, tro e fiscalização da legislação que regula o trabalho do menor.

- Conquanto tenha pretendido estabelecer uma escolaridade mínima de quatro anos para tôdas as crianças a partir doa sete anos, bem coso a permanência na escola até aos 18 anos para os que começam a trabalhar a partir dos 12 anos e nao obstante preceitos legais estabelecerem sanções para o nao cumprimento dessa escolaridade, diversos fatores têm impedido, até a qui, manter sequer a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos.
- Todavia, com base na experiência da realidade brasileira, a nova Lei de Diretrizes e Bases do ensino do 1º e 2º graus prevê a obrigatoriedade do período escolar dos 7 aos 14 anos de idade, estabelecendo um novo siste ma de ensino de lº grau em 8 anos letivos, com 720 horas de atividades a nuais e determinando a responsabilidade dos municipios em promover anual mente o levantamento da população que alcance a idade escolar, para o que se procederá à chamada para matricula.
- Em casos especiais dentro desta nova lei os Sistemas de Ensino poderão a dotar critérios que ensejem aos alunos mais dotados cursar o ensino de 1º grau em prazo nao inferior a seis anos letivos,
- 0 ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo pelo menos 2.200 ou 2.900 horas de de trabalho escolar efetivo, respectivamente.
- Entretanto, mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disci-piina, o aluno conclua em dois anos, no minimo, e cinco, no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau.

2.3 - <u>Comêço e fim do ano escolar</u>

1 - Estabelece a legislação em vigor que a duração do ano letivo será de 180 dias e atribui a cada escola autonomia para dispor em regimento o seu re gime administrativo, disciplinar e didático. O ano letivo poderá assim iniciar-se a partir de março e terminar em novembro, reservando-se o mês de julho para férias ficando a critério de cada estabelecimento o inicio e término do ano letivo, respeitado o limite de dias letivos estabeleci-dos em lei. Assim, nao somente pelas condições climáticas, mas também pe la tradição de nosso sistema, o ano letivo em todo o país, via de regra, tem início em março e termina em dezembro, desde o ensino elementar ao superior.

3 - Informação sôbre o movimento educacional no que dis respeito at

3.1 - Ensino pré-escolar.

Embora a lei preveja a obrigação de o Sitado estimular o ensino pré-primário, o Brasili preocupado como se encontra com o deficit de escolas para o ensino primário, não apresenta atendimento, nem de longe, satisfatório,da demanda de crianças de 3 a 6 anos de idade.

0 número de escolas, bem como de professores 6 insuficiente* Por essa razão, temos que o ensino pré-escolar, no Brasil, está, praticamente, sob dependência administrativa particular.

Os dados estimados para 1970, apontam 6.250 unidades escolares de ensino pré-escolar, um corpo docente de 14.000 professores, para uma matricula de 435.000 alunos, o que indica uma relação professor/aluno de 1/31.

3.2 - Ensino Primário.

Segundo a constituição vigente, o "ensino primário é obrigatório para todos, dos 7 aos 14 anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais", (artigo 176 § 3º II)• Conforme o quadro apresentado a seguir, observa-se uma crescente evolução da matricula no ensino primário*

Crescimento da matrícula no ensino primário Brasil 1960 / 1970

ANOS	ENSINO PRIMARIO	Nº. RELATIVO
1960	7.458.OO2	100
1962	8.535.823	114
1964	10.217.324	137
1966	10.695.391	143
1968	11.943.506	160
1970	13.413.763	180

* Pontet IBGB - SEEC / MEC

Em 1970, a matrícula geral, do ensino primàrio foi de 13.413.763 verificandole um aumento relativo da ordem de 12,336 sobre 1968.

Os resultados preliminares do censo demográfico de 1970, indicam um aumento verificado sôbre o total da população brasileira, no período de 1961 / 197O, da ordem de 29,97%. Considerando-se que, em 1960, 0 Brasil apresentava um total de 7.458.002 alunos de ensino primário, para ...•••••. 13.413.763 e a 1970, depreende-se um aumento, no período citado, da ordem de 80% e um crescimento vegetativo de 6,2% para o decênio.

Comparando êste aumento, é fácil verificar-se o esforço realizado no sentido de atendimento total da população escolarisave1. Verifica-se, entretanto, que esse aumento nao corresponde a demanda em ralação ao ensino primário, pois o atual deficit de atendimento é da ordem de 6 milhões de crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade.

DIV. DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
DIV. DOC.
BIBLIOTECA
MEC

Outra realidade a indicar, no estudo do movimento educacional, diz respeito ao nivel de qualificação dos quadros de pessoal docente de ensino primário.

Somente 6l% dos professores em exercicio neste nivel de ensino, possuem formação especifica de professor. Os restantes 39% constituem o quadro dos nao titulares.

Neste Setor, a ação do governo se tem aplicado, possibilitando uma diminuição do crescimento do quadro de professores nao titulados.

Esta limitação, gradualmente alcançada, se deve a cursos diversos de -Formação e treinamento em serviço financiados e assistidos tecnicamente pelo Governo Federal, junto aos Estados e Municipios e a medidas correlatas de estimulo aos cursos de formação de professores e ao impedimento gradativo, da admissão de docentes nao titulados, aos quadros de magisterio.

Quanto aos predios escolares, sera também importante considerar-se o fato de 76% deles serem constituidos pelas chamadas Escolas Isoladas (de uma sala) na zona Rural. Embora incidentalmente maior o numero de predios, na zona rural, a consideração da matricula mostra 62% do alunado, na zona urbana.

Outro problema a considerar, associado ao da falta de escolas do ensino primario, sera o das oportunidades de continuação dos estudos, no ginásio e em cursos subsequentes, para os alunos do ensino primario.

Em l970, para a matricula de 13-413-763 no ensino primario, temos a estimada de 3-056.77, no ginásio e de 1.141.113 no 2° ciclo medio. Se de uma parte, o afunilamento no fluxo de alunos e devido a falta de escolas, de outro lado, o fenomeno se liga aos problemas de evasão e repetência que se verificam no sistema de ensino primario. Qualquer rapida visão do fluxo dos alunos, pelas diferentes series, ressalta a concentração na 1= serie, ou seja, nas classes de alfabetização. Ai se acumulara aproximadamente, 50% do alunado brasileiro.

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO PRIMÁRIO COMUM, POR IDADE E SÉRIE DIDÁTICA

B R A S I L - 1968

SÉRIE	TOTAL	- 7	7	8	9	10	11	12	13	14	+ de 14
1ª	5.692.105	359.881	1.478.284	1.180.877	866.358	636.827	424.620	306.432	186.755	119.089	128.029
2ª	2.456.733	602	125.493	495.955	513.757	435.891	320.084	238.343	152.395	86.119	77.119
3ª	1.923.469	-	-	115.473	366.628	394.729	350.502	285.381	198.470	109.912	89.839
4ª	1.353.892	-	-	872	91.081	274.370	285.622	264.759	207.009	121.220	87.995
5ª	472.670	-	-	-	927	54.993	91.291	100.586	88.514	57.810	61.166
6ª	44.637	-	-	-	-	755	12.918	10.133	9.183	4.372	4.086
TOTAL	11.943.506	360.483	1.603.777	1.793.177	1.838.731	1.797.565	1.485.037	1.205.634	842.326	498.522	458.224

Fonte : SEEC - MEC

(l) Inclusive os alunos sem especificação de idade.

Considerando os problemas indicados, algumas medidas forarn tomadas no periodo 70/71 tais como: estudos de causas dos fenômenos localizados; revisão nos criterios de promoção de alunos; revisão de currículos do ensino prima rio; estudos de provas e exames .

Outra consideração importante e a do atraso escolar, em rela - ção a idade cronologica, apresentado por grande faixa da população esco - larizada. 0 quadro anteriormente apresentado, reflete a situação do atra- so escolar, referente ao ano de 1968, prevendo-se entretanto, que fenôme_ no idêntico ocorra em 1970/71.

3.3 - Ensino Medio

Conforme podemos observar no quadro abaixo, no periodo de 1960/ 70 o crescimento relativo da matricula geral no ensino medio, Toi da ordem de 256$. Este crescimento demonstra com clareza o empenho do governo, nota- damente a partir de 1964, em atender a demanda existente, através, de uma acelerada expansão da rede oficial ja citada em parágrafos anteriores.

Quadro I - Crescimento da matricula.no ensino médio-ginasial colegial.

BRASIL - 1960/70

anos	Ensino Médio	nº Relativos
1 960	1.177.427	100,0
1.962	1.464.361	124,0
1.964	1.892.711	161,0
1.966	2.483.212	211,0
1.968	3.205.689	272,0
1.970	4.197.891	356,0

Fonte: - IBGE - SEEC/MEC - 1970

Assim, enquanto em 1960 a Diretoria do Ensino Secundario registrava a existencia de 3.003 estabelecimentos de ensino do sistema tradicional, de tipo acadêmico, com 842 unidades escolares atribuidas a iniciativa do poder publico e 2.161 as entidades mantenedoras particulares, podemos em 1970/71, estimar em cerca de 4.500 o numero de estabelecimentos, com a participação, na maioria, de unidades escolares oficiais mantidas pelos Estados e pelos municipios.

Destarte, igual fenômeno ocorre com a matricula. Estima-se em cerca de 5 milhões de alunos a frequência aos diferentes ramos do ensino medio em 1971 Tal fato determina, em conseqüência, uma mobilização geral para a formação de pro essores e administradores escolares, repercutindo o fenomeno no crescimento das universidades, com a instituição de Faculdades de Educação e numerosas unidades destinadas a formação de pro essores (Faculdades de Ciencias e Letras) de iniciativa particular para atender ao crescente mercado de trabalho do magisterio oficial.

Um outro fator que diz respeito ao desenvolvimento do ensino medio, refere-se ao fato de que devido ao atraso do ensino primario, podemos observar, nas estatisticas do ano de 1 969, que um número elevado de alunos com idade de 20 anos matriculados nas lªs séries do ciclo ginasial e colegial.

Podemos observar também no quadro II, uma constancia de atraso dos alunos que iniciam o ensino medio, com a idade respectiva de 12 e 15 anos, em decorrência de reprovação no ensino primario.

A educação tecnica de grau medio tem a responsabilidade de desenvolver atividades sistemáticas de formação de pessoal para as ocupações existentes nos setores da Agricultura, da Indústria, du Comercio e dos Servicos em Geral.

Nao c um ramo oposto ao da educação convencional, também chamada acadêmica ou humanística. E um dos caminhos que se abrem aos jovens, oferecendo, ao lado de uma base de cultura geral, preparação para exercício imediato de atividades profissionais, alem de permitir o acesso aos cursos universitarios.

MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIE, E IDADE DOS ALUNOS NO ENSINO MEDIO EM GERAL

B R A S I L - 1969

CURSOS E SÉRIES	MATRÍCULA SEGUNDO A IDADE DOS ALUNOS (1)										
	TOTAL	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20 e mais
1ªsérie	1.014.050	141.048	178.548	166.804	147.458	114.961	81.147	55.565	36.402	23.922	265.515
2ªsérie	737.825	8.183	86.169	127.066	126.301	110.251	84.890	61.030	40.777	26.918	65.171
3ªsérie	542.769	-	4.950	57.129	91.813	94.572	81.798	65.649	45.648	31.127	69.242
GINASIAL 4ªsérie	424.473	-	-	4.504	43.909	73.602	73.863	65.471	49.674	35.392	76.643
5ªsérie	28	-	-	-	-	3	4	5	8	1	7
6ªsérie	20	-	-	-	-	7	-	4	2	5	2
TOTAL	2.719.165	149.231	269.687	355.503	409.481	393.396	321.702	247.724	172.511	117.365	276.580
1ªsérie	397.506	-	-	-	3.474	34.006	65.177	69.769	60.369	46.714	117.591
2ªsérie	287.990	-	-	-	-	3.759	26.791	50.137	51.452	43.482	111.968
COLEGIAL 3ªsérie	220.832	-	-	-	-	-	2.970	21.725	40.086	40.634	115.156
4ªsérie	3.882	-	-	-	-	-	5	46	169	453	3.190
TOTAL	910.210	-	-	-	3.474	37.765	94.943	141.677	152.076	131.283	347.925
ENSINO MÉDIO (2)	3.629.375	149.231	269.687	355.503	412.955	431.161	416.645	389.401	324.587	248.648	624.505

Fonte: SEEC/SG/MEC.

(1) Anos completos.

(2) Ensino Secundário, comercial, industrial, agrícola, normal, economia doméstica, artístico, enfermagem, ginásio orientado para o trabalho .

A formação profissional no Brasil e ministrada em diversos niveis, de conformidade com as finalidades dos cursos, com a idade dos estudantes ou com a sua base anterior de conhecimentos. Existem oportunidades de estudos em cursos regulares ou em cursos especiais.

No primeiro caso, no regime da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, existem cursos de nivel ginasial (lº ciclo da escola media) que permitem iniciação profissional em técnicas industriais, agricolas ou comerciais e de serviços. Nao se pretende nesses cursos o preparo de operarios ou seus equivalentes nos outros setores da economia, mas auxiliares de escritorios e assemelhados.

Em seguida aos cursos ginasiais, que tem a duração de 4 anos, existem os de nivel colegial.

Como os ginásios, os colegios podem ser de tipo puramente acadêmico (com 3 anos) ou de tipo tecnico (com 3 ou 4 anos).

Nesses últimos formam-se os técnicos de nivel medio, com atribuiçoes perfeitamente definidas na hierarquia do trabalho. Os cursos legados a agricultura e ao comercio tem a duração de 3 anos. Os cursos industriais se desenvolvem em 3 anos, acrescidos de mais um que deve ser cumprido em trabalho, na qualidade de empregado em empresa industrial exercendo a função de tecnico, sob a orientação da escola.

A escola media, no Brasil, oferece a possibilidade, portanto, de formação profissional, ao mesmo tempo que abre acesso a universidade, em cursos previstos para a faixa etária dos 11 aos 18 anos. (ver quadro II),

E de frizar-se, também, a existencia de ginásios polivalentes, chamados "orientados-para-o-trabalho", onde se procura menos uma preparação profissional propriamente dita do que uma sondagem de aptidões que permita orientação para os cursos mais adequados em nivel colegial.

Além dos cursos regulares **acima referidos, são reconhecidos os estudos feitos de forma assistemática através** dos **chamados "exames de madureza".**

MATRICULA INICIAL NO ENSINO TÉCNICO **DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO AS SÉRIES DIDÁTICAS E IDADE DOS ALUNOS**

B R A S I L - 1969

E S P E C I F I C A Ç Ã O	MATRÍCULA INICIAL							
	TOTAL		COMERCIAL		INDUSTRIAL		AGRÍCOLA	
	Ginasial	Colegial	Ginasial	Colegial	Ginasial	Colegial	Ginasial	Colegial
T O T A L.....	336.624	241.001	221.601	190.987	100.199	41.254	11.202	7.060
Segundo as séries didáticas:								
1ª série	129.316	108.758	83.100	85.175	41.254	19.473	3.518	3.424
2ª série	91.312	74.634	59.212	61.555	27.863	10.501	3.219	2.048
3ª série	67.273	53.735	44.427	44.196	19.706	7.572	2.550	1.588
4ª série	48.675	3.874	34.862	61	11.376	3.708	1.915	-
5ª série	28	-	-	-	-	-	-	-
6ª série	20	-	-	-	-	-	-	-
Segundo a idade dos alunos:								
11 anos	10.396	-	5.249	-	4.856	-	159	-
12 anos	21.238	-	11.292	-	9.148	-	501	-
13 anos	31.572	-	17.301	-	12.890	-	994	-
14 anos	42.061	598	24.295	454	15.782	92	1.547	34
15 anos	46.974	4.606	28.286	3.544	16.284	876	1.939	147
16 anos	43.632	13.792	27.858	10.523	13.451	2.683	1.982	475
17 anos	37.461	24.179	25.552	18.336	10.020	4.722	1.642	869
18 anos	28.108	32.304	20.281	24.760	6.478	6.143	1.101	1.145
19 anos	20.071	33.677	15.421	25.920	3.835	6.228	644	1.296
20 e mais anos	54.034	131.611	45.118	107.450	7.455	20.453	695	3.095
Sem especificação de idade	1.077	234	948	-	-	57	1.798	-

FONTE-SEEC/SG/MEC.

O exame de Madureza objetiva a verificação de conhecimentos básicos e maturidade. Constitui uma oportunidade para quantos nao pud£ ram frequentar cursos regulares na epoca adequada.

A Lei 4.024 de 20/l2/6l prevê a obtenção de certificados de conclusão do curso ginasial mediante a prestação de exames de Madureza em dois anos, no minimo e tres anos no máximo, para maiores de dezesseis anos, após estudos realizados sem observancia do regime escolar. Para os maiores de dezenove anos e permitida a obtenção de certificado de conclusão do curso colegial.

A recuperação de anos perdidos, sem a escolarização normal justifica a busca de processos intermediarios entre a sistematica comum e a experimentação de novas soluções. Uma dessas e a de ginásios e colégios de ação intensiva, em tempo reduzido a metade da duração atribuida aqueles dois tipos de estabelecimentos. Alguns estados da Federação ja admitem esses cursos intensivos em seus sistemas estaduais.

O exame de Madureza e regulamentado pela legislação Federal e sua instituição no País, so poderá ser supressa com a obrigatoriedade de frequência, na faixa de 7 a 14 anos, tornando-se realidade, segundo a Lei 5.692 de ll/08/71 que fixa as Diretrizes e Bases do Ensino de 1- e 2- graus.

De acordo com essa nova Lei, o exame de Madureza e previsto no Capitulo que regulamenta o ensino supletivo, assumindo assim caráter de Suprimento da escolarização regular. A partir dessa nova perspectiva o Ensino Supletivo abrangera cursos e exames a serem organizados pelos Estados; de acordo com as normas baixadas pelos Conselhos de Educação. Nesse sentido o Ensino Supletivo tem por finalidade: Suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos e propiciar estudos de aper - feiçoamento ou atualização.

Outra via de estudos e de preparação e oferecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que preparam jovens a partir des 12

anos, idade minima permitida pela Lei brasileira para a profissionalizaçao dos jovens. Os portadores de certificados expedidos por esses organismos podem, mediante exame de adaptação, ingressar nos ginásios, a fim de alcançar os cursos colegiais que buscarem.

Convêm acentuar, embora este item nao seja especifico para isso, que o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), em cursos especiais para adultos, pode oferecer títulos e preparação de técnicos de nivel medio.

0 PIPMO e um dos programas prioritarios do governo federal e se desenvolve utilizando as unidades escolares regulares, as instalações do SENAI, do SENAC, ou das empresas que se interessem pelo programa.

0 corpo docente para todos esses cursos e preparado em faculdades de educação de nivel superior ou em cursos especiais regulamenta - dos de acordo com as necessidades do local e do momento.

Apresenta-se a seguir uma relação de cursos técnicos de nivel medio reconhecidos pela legislação federal e outros ainda nao regulamentados.

CURSOS TÉCNICOS DE ENSINO MÉDIO	PROFISSÕES CORRESPONDENTES
ÁREA AGRÍCOLA:	
Agricultura	Tecnico Agricola
Economia Domestica	Tecnico em economia rural do * méstica
Laticinios	Técnico Industrial em latici. nios
Mecânica Agricola	Técnico em Mecânica Agricola
Pecuaria	Técnico om Zootecnia
Viticultura e Enologia	Viticultor ou Enologista
ÁREA COMERCIAL	
Administração	Assistente de Administração
Comercio e Propaganda	Tecnico em Comercio e Propaganda

AREA COMERCIAL	
Contabilidade	técnico em Contabilidade
Estatistica	técnico em Estatistica
Hotelaria	(nr)
Secretariado	técnico em Secretariado
Turismo	(nr)
ÁREA INDUSTRIAL	
Aerofotogrametria	(nr)
Agrimensura	técnico em Agrimensura
Alimentação	(nr)
Artes Gráficas	técnico em Artes Gráficas
Ceramica	técnico em Ceramica
Curtume	técnico em Curtume
Decoração	técnico em Decoração
Edificação	técnico em Edificação
Eletromecânica	técnico em Eletromecânica
Eletrônica	técnico em Eletrônica
Eletrotécnica	Técnico em Eletrotécnica
Estradas	técnico em Estradas
Estruturas Navais	técnico em Estruturas Navais
Fabricação de Cerveja e Refrigerantes	(nr)
Geologia	técnico em Geologia
Laticinios	técnico em Laticinios
Manutenção de Aero-Naves	técnico em Manutenção de Aeronaves
Mecânica	técnico.em Mecânica
Matalurgia	técnico em Metalurgia
Meteorologia	técnico em Meteorologia
Mineração	técnico em Mineração
Pesca	técnico em Pesca

AREA INDUSTRIAL

Protese	Técnico em Prótese
Química	Técnico em Quimica
Refrigeração de Ar Condicionado	Técnico em Refrigeração de Ar Condicionado
Saneamento	(nr)
Telecomunicações	Técnico em Telecomunicações
Têxtil	Técnico em Indùstria Têxtil

EM ESTUDO

Hidrografia	(nr)
Cartografia	(nr)
Energia Nuclear	(nr)
Comunicação	(nr)
Náutica e Máquinas	(nr)

NIVEL - 1? CICLO

AREA AGRÌCOLA

- Ginásio Agrícola
- Ginásio Economia Doméstica

AREA COMERCIAL

- Comercial Básico

AREA INDUSTRIAL

- Aprendizagem Industrial
- Artífice
- Ginásio Industrial

(nr) nao regulamentada

3.4 - ENSÍNO SUPERIOR

1ntroduçao

Expansão sem precedentes e transformações profundas da Universidade definem o desenvolvimento do ensino superior brasileiro na ultima decada.

De 1960 a 197O as matrículas cresceram na proporção de um para quatro. Paralelamente a expansão quantitativa, destaca-se o processo dr diversificação dos cursos com a emergencia de novas carreiras de nivel superior, impostas pela diferenciação do mercado de trabalho, decorrência do desenvolvimento industrial.

0 ritmo de crescimento dos efetivos acelerou-se particular; mente na segunda metade da decada, intensificando-se de modo especial nesses últimos anos.

Fato marcante desse periodo e a Reforma Universitaria, cujo movimento teve inicio nos fins dos anos 50 e terminou por concretizar-se em 1968, com uma série de medidas objetivas e operacionais determinadas pelo Governo.

Processo extremamente complexo, a Reforma se encontra em plena fase de implantação. Ja se acusam os traços da nova Universidade concebida pela Reforma para ajustar—se ao projeto nacional de desenvolvimento c destinada a tornar-se o lugar de produção cientifica e tecnologica e centro de criação e difusão cultural.

No momento atual, preocupa-nos o problema de planejar e disciplinar a expansão do ensino superior atendendo a metas prioritá - rias do desenvolvimento, a melhoria dos padrões de qualidade e a consolidaçao da reforma universitaria.

Apresentamos, a seguir, uma breve sintese, dos principais fatos do ensino superior nestes dois últimos anos.

Dados gerais sobre a expansão do ensino superior

0 ensino superior no Brasil e ministrado em universidades e faculdades isoladas. Atualmente o sistema compreende 63 universidades e 530 estabelecimentos independentes.

Das universidade, 32 são mantidas pelo Governo Federal, 11 sao estaduais, 4 municipais e l6 particulares. Destas ultimas , 12 sao católicas, 1 protestante e 3 confessionalmente neutras.

As faculdades isoladas, em sua maioria, sao mantidas por instituições de direito privado.

Os estabelecimentos particulares de ensino superior - universidades ou faculdades isoladas - uma vez reconhecidas pelo Ministério da Educação, através do Conselho Federal de Educação, expedem diplomas que possuem a mesma validade e os mesmos direitos que os diplomas conferidos pelos estabelecimentos oficiais. Alem disso, podem receber subvenções da União ou dos Estados.

As Universidades - constituidas sob a forma de autar - quias ou fundações, quando oficiais, e de Fundações ou associações, quando particulares - gozam de autonomia didática, administrativa e financeira, obedecidas as normas da lei de organização e funcionamento do ensino superior (lei n° 5 540, de 28 de novembro de 1 968).

Neste ano, encontram-se matriculados nos diversos cursos de graduação das universidades e faculdades isoladas aproximadamente 530 mil alunos.

Em 1960 a matricula total foi de 95.690 estudantes, para 426.OOO em 1970. Pelo quadro abaixo verifica-se que, de 1960 a 1965, registrou-se um aumento de 62%, enquanto de 1965 a 1970 o crescimento foi da ordem de 173%• De 1969 a 1971. a expansão das matriculas a_ tingiu 51%.

MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR

1960	95 691	
1961	96 892	
1962	107 299	
1963	120 959	62%
1964	142 386	
1965	155 781	
1966	189 109	
1967	212 682	
1968	276 259	173%
1969	346 818	
1970	426 081	

FONTES: Anuário Estatistico e Sinopse SEEC/MEC

Esses números acusam a matricula de mais de 500 alunos **por** 100 mil habitantes.

A admissão aos cursos superiores e função do numero de vagas fixado anualmente pelas Universidades e depende de certificado de conclusão de 2º ciclo da escola de grau medio ou equivalente e da classificação no concurso vestibular. Embora a oferta tenha aumentado consideravelmente durante a decada, a procura cresceu em maior proporção.

Em 1960 a relação de candidatos inscritos no vestibular para o total de vagas nao chegava a ser 2:1, isto e, 64.600 para 35.3OO. Em 1969, para 276.900 inscrições havia 117.200 novos lugares, ou seja, 2,4:1. Em 1070 a oferta de vagas foi de 130.000 e 1971 170.000, permanecendo sem grandes alterações a relação vagas x inscrições.

Essa relação se modifica totalmente para certos cursos prestigiosos que atraem as preferencias dos candidatos. E o caso de Medicina em que a relação e de 8 inscritos nos vestibulares para 1 vaga. Apesar da criação de novas escolas de Medicina nestes últimos anos (58 em 1968, para 74 em 1971), e conseqüente aumento de vagas, a relação permanece praticamente inalterada.

Em 1970, achavam-se matriculados 34.200 alunos nos cursos de Medicina e cerca de 50 mil nas 70 Faculdades de Engenharia.

A maior percentagem de matriculas se registra nos cursos de Letras e Ciencias da Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras, em numero de 160 faculdades. A esmagadora maioria de alunos se encontra nas areas de Letras e Ciencias Humanas.

Seguem-se, na ordem decrescente de matriculas, os cursos d Direito, de Economia e Administração, de Engenharia e Medicina.

A composição de ensino superior modificou-se sensivelmente ao longo da ultima decada em conseqüência do processo de desenvolvimento. E o que se observa com o crescimento dos diferentes ramos da Engenharia e dos cursos de Economia e Administração. Ao lado das carreiras tradicionais, cujos cursos sao de longa duração, aparecem agora as chamadas carreiras curtas, ja consagradas pela legislação da Reforma Universitaria.

Alem disso, verifica-se crescente acesso das camadas medias da população ao ensino superior, registrando-se 10% de alunos provenientes de classes operárias.

A atual politica de expansão de ensino superior considera prioritaria as areas da Saúde, das Ciencias Exatas e Tecnologia, e cursos de formação de professores para a escola de grau medio, considerando a extraordinaria expansão desse nivel de ensino e a carência pessoal docente qualificado.

A He forma Universitaria

A implantação da Reforma Universitaria que se vem processando nestes últimos tres anos constitui uma das metas prioritarias nos planos do Governo para o ensino superior.

Iniciada em 1966 em termos de reestruturação das universidades federais, a Reforma foi determinada por lei em 1968, com dimensões rnais amplas para todo o sistema de ensino superior.

0 objetivo da Reforma, num de seus aspectos fundamentais e o da racionalização da universidade visando a conferir-lh e maior produtividade e conseqüentemente, maior integração no processo do desenvolvimento nacional. Para nos e o problema de se transformar uma simples reunião de faculdades profissionais numa universidade real , funcionalmente integrada e estruturalmente organica destinada a rea-

lização de múltiplas tarefas, tais como, promover a pesquisa científica, criar e difundir a cultura e proporcionar uma preparação técnico-prfissional amplamente diversificada.

Numa caracterização sucinta da Reforma, podemos destacar os seguintes pontos principais

1. Integração estrutural e funcional da universidade tendo por base o principio de nao duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes, de modo a assegurar a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção e funcionamento.

2. Instituição do sistema departamental, eliminada a cadra autonoma, concentrando-se, em cada departamento, todo o pessoal docente e recursos materiais relativos a mesma area de conhecimentos, propiciados, assim, as condições para que as atividades didáticas e de pesquisas se realizem no regime de cooperação.

3- Concentração dos estudos básicos, científicos e humanísticos, num sistema integrado de unidades para servir a toda a universidade.

4. Institucionalização das atividades interescolares com a criação de orgãos de coordenação responsáveis pelas atividades de cada curso ou projeto, compreendendo professores de diferentes departamentos e unidades que participam do curso.

5. Supervisão dessas atividades ao nivel da administração superior da universidade por meio de orgãos de coordenação central com poderes deliberativos.

6. Organização de um primeiro ciclo de estudos básicos, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins,

com as seguintes funções: a) recuperação de insuficiências evidenciadas, pelo concurso vestibular, na formação dos alunos; b) orientação para a escolha da carreira; c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores.

7. Criação de uma superestrutura de cursos de pós-graduaçao, conferindo os graus de mestre e doutor.

8. Maior flexibilidade dos estudos assegurando-se a matrícula por disciplinas ou regime de créditos, com orientação pedagogica dos alunos.

9. instituir progressivamente o regime do tempo integral para o corpo docente, proporeionando-se remuneração ' condigna.

A implantação de uma reforma tao complexa ha de ser feita progressivamente. Algumas universidades ja puseram em pratica as novas estruturas e os novos mecanismos de funcionamento. Outras se encontram ainda em fase de reorganização. Varios projetos forarn elaborados visando a plena efetivação da Reforma no trienio 1972/74, tais como, a construção de campus integrados, relativamente compactos que possibilitem a integração didatico-cientifico preconizada pela Reforma, o equipamento das universidades, organização de um sistema racional de administração acadêmica, instituição do tempo integral.

Centros Regionais de Pós-Graduação

A pos-graduaçao cm sentido estrito, na forma de cursos de Mestrado e Doutorado, somente na ultima decada foi introduzida no ensino superior brasileiro.

Em 1965, o Conselho Federal de Educação definiu os cursos de pós-graduação fixando normas gerais para sua organização e funcionamento.

A legislação da Reforma Universitaria visando preservar o alto nivel, proprio à natureza da pós-graduação, determinou o credenciamento de Lais cursos pelo Conselho Federal de Educação, sem o que os diplomas de mestre e doutor nao terão validade nacional nem gozarão das prer - rogativas que lhes sao asseguradas.

Por outro lado, considerando que a pós-graduação é essen - cial à expansão e aprimoramento do ensino superior e às necessidades da pesquisa científica, foi instituida a politica nacional de pós-graduação, através dos Centros Regionais de Pós-Graduação (Decre - to nº 63 343 de 1.10.68).

A razão de ser dos Centros está cm que as Universidades , por iniciativa própria e com seus recursos humanos e materiais, nao poderiam implantar, pelo menos a curto prazo, a pós-graduação nas di ferentes áreas de conhecimento, ao nivel correspondente à natureza e objetivos de tais cursos. Daí a necessidade de uma política que coor-dene esforços e mobilize recursos, concentrando-os em centros devida mente selecionados.

Com o objetivo de efetivar a política nacional de pós-gra-duaçao, o Decreto nº 67 350 de outubro de 1970 definiu e criou cin-co centros regionais. Entende-se por Centro Regional de Pós-Gradua - ção o conjunto de cursos de Mestrado e Doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, funcionando coordenada e organicamente, e correspondendo a determinada região do País.

Para cada Centro haverá uma Universidade sede. Todo Centro terá uma comissão constituida por um representante de cada institui - ção que o integra e um coordenador indicado pela Universidade sede. Para a implantação do Programa de Centros Regionais de Pós-Graduação, foi criada uma Comissão Nacional funcionando no âmbito do Departamen-to de Assuntos Universitários, órgão encarregado da coordenação do Programa no plano nacional.

Os Centros se acham em fase de instalação, devendo estar em funcionamento durante 1972. Para esse fim esta previsto financiamento especial para o triênio 1972/74. 73 cursos de mestrado e doutorado solicitaram credenciamento ao Conselho Federal de Educação , sendo credenciados, ate o presente momento, 14 cursos.

Ao mesmo tempo, como medida complementar, foi instituido programa destinado a proporcionar, em sua primeira etapa, bolsas de manutenção, em regime de dedicação exclusiva, para os cursos de pos-graduação, a pelo menos, dois alunos selecionados dentre os do pri - meiro terço de cada turma das duzentas principais unidades do ensino superior, nas diferentes regiões.

Regime de tempo integral para docentes das Universidades Federais

Proposto pela Reforma Universitária em 1968, o programa de tempo integra] para os professores das universidades federais começou a ser aplicado em 1970.

Normalmente o professor de universidade federal recebe um vencimento base para 12 horas de trabalho, por semana. 0 programa, na realidade prevê tres modalidades, alem do regime normal: 24 horas se manais em turno completo; tempo integral de 40 horas semanais; tempo integral com dedicação exclusiva.

A cada um desses regimes corresponde uma remuneração calcou lada sobre o vencimento do regime de 12 horas semanais. Para a suplementação de salarios existem recursos especiais distribuidos as Uni - versidades pelo Ministerio da Educação, através de uma Comissão Nacio nal, coordenadora do programa, funcionando no Departamento de Assun - tos Universitarios.

Atualmente, ja se encontram 9.000 docentes nos diferentes regimes de trabalho, sendo 3.209 em tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva, e o restante no regime de 24 horas semanais.

A colocação dos professores nos diferentes regimes de ' trabalho obedece a determinados critérios, cuja aplicação cabe a Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (COMCRETIDE). Têm preferencia os professores das areas ' Bio-medicas, Tecnologica, de Ciências Básicas e de Educação. No caso de tempo integrai com dedicação exclusiva, exige-se a apresentação de planos de pesquisa aprovados pelo Departamento a que pertence o professor. O regime de 24 horas e concedido em função das necessidades do ensino de cada universidade.

Ainda este ano foi aplicado pelo COMCRETIDE o programa de monitoria para estudantes das Universidades Federais, num total de 2.46O monitores, devidamente selecionados e percebendo uma remuneraçao.

Concursos vestibulares. Admissão a Universidade

A admissão ao ensino superior no Brasil, como de resto em toda parte, tornou-se um dos pontos de estrangulamento de nosso sistema educacional, Jada a grande desproporção existente, para muitos cursos, entre a oferta de vagas e a procura de candidatos que cresce todos os anos. Na impossibilidade de fazer coincidir a oferta com a procura, somos forçados a adotar o regime do numerus clausus, devendo o candidato submeter-se a provas classificatórias, que denominamos de concursos vestibular.

Em face da pressão dos candidatos que se avolumam as portas da universidade, criando-se a ja famosa figura do "excedente" , o vestibular constitui hoje um dos graves problemas que preocupa as autoridades educacionais.

A regra e cada estabelecimento organizar o seu vestibular em datas diferentes, segundo criterios diversos, gerando o problema das inscrições múltiplas, candidatos que se inscrevem ao mesmo tempo em varios vestibulares, e o excedente, ou seja, o candidato que tendo alcançado a nota minima de aprovação, não logrou classificar-se.

Com o fim de resolver alguns desses problemas que normalmente tumultuam o vestibular, em julho deste ano foi baixado decreto visando disciplinar a realização dos vestibulares de 1972, com base na experiên cia bem sucedida de algumas medidas adotadas em 1971.

De acôrdo com o decreto, as instituições oficiais realizarão os vestibulares na mesma data, reduzindo-se, assim, as inscrições múltipias; será adotado critério rigorosamente classificatório com aproveitamento de todos os candidatos classificados, até o limite das vagas; será observada estrita adequação do nível de complexidade das provas do vestibular ao nível de educação do segundo grau.

A rneta a atingir será o vestibular unificado para os estabelecimentos situados numa mesma região, escolhendo o candidato a universidade de sua preferência, em conformidade com a classificação obtida.

Extensão Universitária

A idéia da extensão universitária, sob a forma de serviço que a universidade presta à sua comunidade, adquiriu modalidade própria no sistema universitário brasileiro, através de dois projetos determinados por nossa realidade: o CRUTAC, ou seja, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária e o Projeto Rondon.

Este último foi concebido com o intuito de propocionar ao aluno uma experiencia direta de áreas remotas do País, situadas principal - mente na região amazônica. A Universidade desloca professores e estudantes para esse pontos distantes de sua sede, para prestarem serviços a es sas comunidades afastadas dos centros de civilização, ao mesmo tempo que realizam um treinamento cm situação r al, no âmbito do curso que estudam. É como se fosse um prolongamento do campus universitário e por isso sao chamados campus avançados.

O Projeto Rondon é também denominado projeto da integração nacional, na medida em que leva o estudante, geralmente de áreas rnais de - senvolvidas a ter uma vivencia de outros aspectos da realidade nacional.

Esses campus avançados sao instalados em convenio com o Ministério do Interior que custeia o transporte dos professores e alunos e despesas de manutenção. Atualmente existem 10 campus avançados em funcionamento,

0 CRUTAC é uma experiência pioneira de ação comunitária iniciada por uma Universidade do Nordeste, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e hoje praticada por cinco universidades da região.

Ao contrário do Projeto Rondon que é posterior, o CRUTAC ê a própria Universidade atuando no seu próprio Estado, nos limites de sua área geográfica. Estudantes e professores deslocam-se para o interior onde prestam serviços as comunidades nos diferentes setores de atividades relacionadas com seus cursos. O CRUTAC enseja, assim, aos concluintes condições para o estágio profissional nos meios rurais e ensejam oportunidades para o estudo e solução dos diferentes problemas das comunidades interioranas, em face das peculiaridades do meio.

0 CRUTAC constitui um dos projetos prioritários do ensino superior para o triênio 1972/1974, havendo uma Comissão destinada a incentivar o programa no plano nacional.

A expansão do ensino superior no ritmo em que se vem processando tem acarretado sérios problemas. Carência de pessoal docente qualificado, deficiências de instalações, falta de equipamentos e bibliotecas insuficientes afetam inevitavelmente os padrões de qualidade.

Nao podemos certamente deter a expansão em face da procura crescente pelo ensino superior. 0 nosso problema está em conciliar a quantidade e a qualidade. A Reforma prevista visa precisamente diversificar e flexibilizar a universidade, estabelecendo o escalonamento de niveis de estudo de modo a permitir a abertura da universidade ao maior número, assegurando, ao mesmo tempo, condições para o exercício de pesquisa cientifica e da alta cultura.

3.5 - ENSÍNO NORMAL.

Segundo a legislação brasileira, o ensino normal tem por finalidade a formação de professores para o ensino primário. Esta formação poderá ser feita em Escola Normal de grau ginasial, no minimo de quatro séries anunais ou em Escola Normal de grau colegial de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao grau ginasial.

Os cursos de nível ginasial destinam-se à formação de regentes de ansino primário e os nivel colegial, de professores primário.

As Últimas estatisticas publicadas sôbre o ensino normal brasileiro acusam em 1969 um contingente de 337.917 alunos matriculados no início do ano letivo, dos quais, 86% do sexo feminino e 56% nos estabelecimentos de iniciativa privada. Nesse mesmo ano matricularam-se 274,367 alunos no ciclo colegial, ou seja, 81,2% do total do ensino normal.

EVOLUÇÃO DA MATRICULA INICIAL NO ENSINO NORMAL SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS - BRASIL - 1963 / 1969

	M A T R I C U L A			
A N O S	GINASIAL	%	COLEGIAL	%
1963	38.665	100,0	109.885	100,0
1964	44.199	114,3	131.185	119,4
1965	50.582	130,8	169.690	154,4
1966	56.038	144,9	209.588	104,3
1967	59.449	153,8	245.690	223,6
1968	62.861	162,8	281.792	256,4
1969	63.550	164,4	274.367	249,7

• Fonte - SEEC / SG / MEC.

A distribuição geográfica do contingente de professores formados é muito desigual. Em geral concentra-se em 6 Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, são Paulo, Paraná, Santa Catrina e Rio Grande do Sul, ao passo que vários Estados formam um número insuficiente de professores. Pode-se obser var ainda que d nas capitais que se encontra uma percentagem apreciável de formandos. Essa percentagem elevada nas capitais ê um fenômeno muito comum nas regiões Norte e Nordeste.

al, nao poda ser considerado um fenômeno de saturação de mercado. há difi cuidados em encontrar professores formados que aceitem trabalhar em regi oes de menos recursos.

3.6 - Ensino de Adultos.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO ANALFABETA, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS

BRASIL - 1969

(1.000 Pessoas)

FAIXAS ETÁRIAS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO NÃO ALFABETIZADA	INDICES
14 a 34 anos	29.854	6.618	22,2
25 anos e mais	22.959	8.820	38,4
14 anos e mais	52.813	15.438	29,2
T O T A L	88.929	-	-

* Fonte - CNRH / IPEA - PNAD / IBGE

Constatou-se haver no Brasil, em 1969 por estimativa um indice de 29,2% de analfabetismo na população de 14 anos e mais, representando um contingente aproximado de 15 milhões de analfabetos que assim se distribuiam: 10 milhões na zona rural e 5 milhões na zona urbana.

Nas faixas entre 14/34 anos o índice de analfabetismo na zona urbana era de 9,9% ou seja um milhão de analfabetos, enquanto na rural, na mesma faixa o índice atingiu a 35% representando 5 milhões de analfabetos.

Já os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios, no 1º trimestre de 1970, considerando apenas a população econômicamente mais produtiva - na faixa doa 14 aos 34 anos de idade - acusam um índice de analfabetismo - na zona rural de 33% e na zona urbana de 9%

0 problema do analfabetismo no País, atinge sérias proporções como demonstram os dados acima cuja solução nao está apenas afeta a responsabilidade governamental, mas a responsabilidade de todos.

Tornou-se imperioso o estabelecimento de medidas capazes de mobilizar consideráveis parcelas das comunidades na luta para a erradicação do analfabetismo, porque é nas comunidades que se devem fixar as raízes de uma atividade que vitaliza e valoriza o homem.

0 Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967 pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro daquele ano, passou a executar o Plano de Alfabetização Funcional e Educação continuada de Adolescentes e Adultos , na faixa de 15 a 35 anos.

A partir de 1970 o MOBRAL definiu suas áreas de atuação, através de um sistema operacional descontralizado, agindo a Direção Central como órgão normativo e as Coordenações Regionais e Estaduais como setoriais de con trole e de avaliação atribuindo-se a execução ao nível municipal, a partirão qual se intensifica o movimento de alfabetização* As comissões Municipais filmam convênios com o MOBRAL central.

0 MOBRAL vem desenvolvendo a atividade de Alfabetização Funcional, definindo sua linha de ação pelo estabelecimento do binômio educação de senvolvimento*

Esta atividade pretende dotar o indivíduo de condições capazes de integra-lo produtivamente na comunidade, elevar o seu nível de aspiração, de modo a passar, por esforço próprio a outros estágios de aperfeiçoamento com vistas a um maior benefício individual e comunitário*

Como Plano Experimental de continuidade a seu trabalho,o MOBRAL, a partir de 1971 está desenvolvendo o curso de Educação Integrada, que se destina aos alunos que na 1ª fase de Alfabetização Funcional alcançam aproveitamento satisfatório.

MATRICULA NOS CURSOS DO MOBRAL - BRASIL 1970/1971

A N O	ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL		EDUCAÇÃO INTEGRADA	
	MUNICÍPIOS	ALUNOS	MUNICÍPIOS	ALUNOS
1970	611	509.014	-	-
1971	2.973	1.632.842	193	42.000

* Fonte - Assessoria Técnica do MOBRAL

No quadro ecima verifica-se que o MOBRAL estendeu suas atividade a 611 municipios, no perìodo de 1970, atendendo a 509.014 alunos.

Em 1971 o Programa atinge a 2.973 municípios e com uma matrícula de 1•632.842 alunos. Quanto ao curso de Educação Integrada, está prévis, to sua extensão para 193 municípios, com atendimento a um alunado de 42.000

Como movimento permanente, 0 MOBRAL levará adiante sua ação até a erradicação total do analfabetismo, o que se espera conseguir dentro des, ta década.

Além das dotações orçamentárias para executar o Plano de Alfabetização, 0 MOBRAL recebe outras vinculadas, sendo uma das fontes a Loteria Esportiva de cuja renda recebe 6,75% do bruto.

Antes da criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização ••••• (MOBRAL) existiam várias entidades que desenvolviam Programas de Alfabetização, recebendo ajuda financeira do Ministério da Educação e Cultura.

Essas entidades, continuam recebendo dotações através de convênios firmados com o Ministério da Educaçação e Cultura para desenvolvimento de suas atividades de alfabetização, atuando prioritariamente na faixa de população semi-alfabetizada de 15 a 35 anos, nos Territórios, Faixas de Fronteiras e Núcleos de Colonização.

3.7 - Atividades extra-escolar.

As atividades extra-escolar rnais freqüentes nos anos de 1970 e 1971, foram os concursos, em todos os niveis, visando objetivos os rnais diversos* Assiro tivemos, entre outras, as seguintes atividades.

- A X Grande Feira de Ciencias da Cidade de So Paulo, organizada pe 1º Instituto Brasileiro de Educação Ciências e Cultura (IBECC), organismo da UNESCO, com a colaboração da Fundação Bienal de são Paulo, Banco do Estado de Sao Paulo a das Secretarias de Turismo do Estado e do Município de são Paulo, realizou-se no mês de maio de 1970. Visava, como as demais, despertar sobretudo, interêsse e vocação cien tíficas entre os estudantes dos niveis primário e secundário.

- Um prêmio, de caráter permanente, no valor anual de Cr$100.000,00 (cem mil cruzeiros) desdobrado em parcelas de 60.000 e 40.000 cruzeiros, foi instituido, em 1970, para o melhor estudo e pesquisa sôbre Educação e Desenvolvimento. A parcela de 40.000 cruzeiros se destina ao financiamento do custeio do trabalho e poderá ser rateada em benefício da execução de vários projetos de pesquisa. 0 vencedor receberá os 60.000 restantes. Sao conferidas à Universidade do Estado da Guanabara as providências relativas à execução e administração do concurso. A União de Bancos Brasileiros *6* o patrocinador e qualquer brasileiro poderá concorrer ao prêmio.

A Pontifícia Universidade Católica organizou um concurso de Pintura, aberto a todos os universitários da Guanabara e a seus alunos, com prêmios em dinheiro.

- Sob o patrocínio do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura (1970), foi aberto um concurso de monografias para estudantes dos 3 níveis, sôbre "A importância do Rádio no Brasil".

- A Rádio e o Jornal do Brasil promoveram, em 1970, o I Concurso de corais Escolares da Guanabara, com a finalidade de estimular a prática do canto coral nas escolas, considerando ser essa uma atividade de grande importância na formação da juventude. O concurso foi aberto aos corais de qualquer estabelecimento de ensino da Guanabara ou do Estado do Rio de Janeiro, do primário à universidade.

- De 27 de setembro a 13 de outubro de 1970, foi realizado em Curitiba o I Festival Nacional de Arte Colegial, patrocinado pelo Colégio Estadual do Paraná. Foram aceitos trabalhos de estudantes de escolas de nível médio do País, sôbre "Música Popular Erudita","Teatro e Literatura", "Conto, Cronica e Poesia".

- A Federação das Associações de Pais e Mestres dos Educandários Católicos do Estado da Guanabara lançou em 1970 um concurso de Pesquisas sôbre temas brasileiros: "0 Brasil do Passado pelo Brasil do Futuro" com a colaboração do Museu Histórico Nacional, Serviço de Documentação Geral da Marinha e do Centro de Relações Pública da Marinha. O concurso destinou-se aos alunos dos cursos ginasial e colegial dos colégios católicos da Guanabara.

- 0 Museu de Arte Moderna da Guanabara planejou, em 1970, o Curso de Cultura Visual Contemporânea para servir de base a profissionais de desenho, arquitetura e comunicação, também para complementar os conhecimentos de pessoas que já estejam desempenhando funções ligadas a estas atividades.

- O Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas promoveu, em 1970 e 1971, cursos sôbre Teoria e Prática de Microfilmagem com aulas teóricas e práticas.

- 0 Arquivo Nacional instituiu o Prêmio Independência, que escolherá o melhor ensaio histórico ou biográfico sôbre o episódio ou figura da estreita ligação com o mesmo. O concurso tem a finalidade de estimular, nos meios universitários, a pesquisa histórica, às vésperas do sesquicentenário da Independência, em 1972. Os candidatos deverão registrar-se como pesquisadores. 0 trabalho terá de basear-se em documentos existentes no Arquivo Nacional,inédito pelo menos parcialmente, e de preferência ainda não catalogados.

- 0 Ministério da Marinha, a Diretoria de Portos e Costas e o Instituto "Euvaldo Lodi" abriram inscrições para o concurso de monografias sôbre o tema:- "Mar, rumo certo para a grandeza do Brasil". 0 concurso destina-se a estudantes universitários (1971).

- A "Cidade-Jovem", do Jornal do Brasil, foi uma promoção que mostrou a um grupo de 11 ginasianos indicados pelos colégios onde estudam, o mecanismo e a dinâmica governamentais, de modo a incutir nos participantes a consciência de que o bem estar da comunidade a que pertencem será, em futuro próximo, de sua responsabilidade. Este grupo de jovens substituiu em 1970, por um dia, o Governador do Estado da Guanabara e parte de seu Secretariado.

- 0 Museu Histórico Nacional ofereceu um curso inédito no País em 1970s "A História do Brasil vista através das peças do Museu Histórico Nacional.

O Projeto Esso/Clube de Ciências, coordenado pelo Departamento Educacional do Jornal do Brasil, tem a finalidade de motivar e incenti - var os clubes de ciencias nos colégios. Os estabelecimentos interessados em participar do Projeto devem detalhar o plano de trabalho, que seus clubes de ciências pretendem desenvolver, em 1971» os quais serão analisados por um conselho de professores que representam a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento e Ensino das Ciências (FUNBEC), no Estado de Sao Paulo, o Centro de Ciências do Estado da Guanabara (CECIGUA), Ministério da Educação, Secretarias de Educação, Ciência e Tecnologia da Guanabara, Museu Nacional, Planetário, Instituto de Conservação da Natureza, e outras instituições ligadas diretamente ao tema de cada projeto,

0 financiamento para os trabalhos aprovados será dado pela Esso Brasileira de Petróleo, em forma de equipamento científico, 0 Conselho de professores acompanhará o desenvolvimento dos projetos orientando caso seja solicitado. 0 andante dos projetos será divulgado pela televisao, Jornal do Brasil, e a Rádio Jornal do Brasil dará cobertura a tôdas as etapas da promoção, que culminará com uma grande Mostra de Ciências, englobando todos os projetos desenvolvidos pelos colégios no correr do ano. Deverão ser realizadas, em seguida, a Feira Estadual e a Feira Nacional de Ciências.

Um acôrdo firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvi - mento e o Instituto de Pesquisas Econômicas estabelece Cursos para a formação de Técnicos Latino-Americanos em Bancos de Desenvolvimento, a serem ministrados em Sao Paulo. 0 programa compreende a realização de dois tipos de cursos: intensivo de treinamento de funcionários de ban - cos de desenvolvimento, no Brasil, e terá a duração de 12 semanas com início em agosto de 1971 sendo repetido em 1972, no segundo semestre. Os cursos de pós-graduaçao, com duração de 9 meses, por sua vez deslinam-se a proporcionar aos profissionais formados por Faculdades de Economia, de preferência funcionários de instituições de desenvolvimento e professo - res jovens, a oportunidade de realizarem estudos acadêmicos, que por seu conteúdo e nivel sejam reconhecidos, considerados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais (1 PE) como parte do programa para obtenção do

grau de " Master " em Economia, com especialização em setores diretos para os bancos de desenvolvimento,

Três mil crianças, de 6 a 14 anos, tiveram no mes de janeiro, de 1971, educação física, atividades artísticas e educação cívica nas colônias de férias criadas no Rio de Janeiro pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação da Secretaria de Educação. Mais de 100 professores orientaram as crianças durante as férias escolares nas unidades do Forte do Leme, Escola de Instrução Especial, Escola da Marinha Mercante, Casa do Marinheiro e Círculo de Oficiais da Vila Militar.

Em janeiro de 19711 foi promovido o I Simpósio Nacional de Ensino e das Profissões Teatrais, no Estado da Guanabara. Integrar o ensino de arte dramática na escola tradicional, reformular os cursos de formação de diretores, atores, cenógrafos, contra—regras, cenotécnicos, artistas cênicos e técnicos em geral} criar um curso de formação de críticos especializados em teatro foram algumas das propostas aprovadas no Simpósio.

Inaugurado em 1970, o Planetário da Guanabara continua sendo motivo de grande atração. Possuidor da mais moderna aparelhagem ótica, apresenta três tipos de sessões: destinadas aos escolares, ao público em geral e algumas de caráter especial.

4. Inovações significativas no que diz respeito aos planos de estudos, métodos e material didático utilizados em todos os niveis.

4.1 - Na área da Educação Sistemática:

a) Atualização e Expansão do Ensino de 1º e 2º graus.

> O Brasil, reconhecendo a necessidade de ajustar o seu sistema de ensino às contingências de um país em fase crescente de desenvolvimento, adota novas diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, consubstanciada na lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971.

Esta nova Lei formula normas capazes de dar à escola e sistemas escolares a possibilidade de se atualizarem constantemente sempre que o exigir a dinâmica do processo de escolarização, em face dos condicionantes internos e externos.

A base de toda a reforma estão os princípios de flexibilidade - a implantação das diversas regiões do País se fará de acôrdo com as particularidades sócio-econômicas; de variedade - cada região adequará o ensino às perspectivas regionais, às circunstâncias que envolvem as comunidades e os estabelecimentos, havendo, pois, uma gama de possíveis soluções: o da liberdade de modo a encorajar iniciativas, estimular experiências, numa busca de caminhar, a fim de encontrar a educação que rnais convenha ao Brasil.

Desse modo, a reforma funcionará como um instrumento de mudança de atitude, de atendimento a uma cultura em rápidas transformações, a uma época de explosão de conhecimentos, em que se procura progressivamente novas metas, novas expectativas.

Colocada nesses termos, a liberdade está também na flexibilidade que têm os estabelecimentos de fazer uma escola nos moldes mais avançados conforme tantas determinantes que alteram a educação. Permite ir de

uma escola compreensiva à seriada, oferecendo tanto disciplinas anuais corno semestrais. Na maioria dos artigos procurou-se atender a esses princípios.

Assim *ê* que no "caput" dos artigos da reforma está o que se considera o ideal, que talvez somente as regiões mais desenvolvidas possam alcançar, a cada parágrafo que se segue pensou-se em atender as possibilidades de regiões menos desenvolvidas.

A nova lei tem como objetivos:

- Proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do educando , no sentido de sua auto-realização;
- Qualificar para o trabalho, atendendo aos aspectos individuais;
- Formar para o exercício consciente da cidadania, atendendo ao homem social.

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão em seu conteúdo um núcleo comum, obrigatório, em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e as diferenças individuais dos alunos.

É admitida a organização semestral no ensino de lº e 2º graus e neste a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a seqüência de estudos.

0 ensino de lº grau destina-se a crianças de 7 a 14 anos, sendo obrigatório e gratuito nesta faixa. Tem a duração de oito anos letivos • As séries iniciais serão exclusivamente de educação geral; nas últimas séries embora persista a educação geral, o curriculo terá uma parte de formação especial, com o objetivo de sondagem de aptidões e uma iniciação para o trabalho.

No ensino de 2^{s} grau predomina a parte de formação especial, com vistas a iniciação e habilitação profissional, em consonancia com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional•

A Lei de Diretrizes e Bases do ensino de lº e 2º graus enfatiza a Orientação Vocacional como um mecanismo auxiliar da tarefa educativa.

Dentre outras inovações destacam-se:

- o Ensino Supletivo e os Exames de Madureza com um sentido comum de suprimento e suplencia de escolarização.
- a preparação de recursos humanos, definida em níveis de preparação que se elevam progressivamente, ajustando-se às diferenças regionais do País;
- o financiamento do ensino de lº e 2º graus, consolidando o pre - ceito constitucional, pelo estabelecimento de prioridades dentro da preferência para as oito séries de lº grau.

Esta nova lei é um marco na história de nossa educação no esforço de elevar o nível de escolarização e de proporcionar ao aluno um curriculo rnais funcional.

b) Implantação de Escolas Polivalentes:

Numa tentativa de encontar soluções sintonizadas com a realidade brasileira, por isso mesmo, identificadas com as necessidades sócio -econômicas do país, foi criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Mídio (PREMEM) que tem como rneta principal a fundação da Escola Polivalente.

0 objetivo de tal escola é oferecer experiencias de iniciação humanística, científica e prática destinadas a constituir a base para estudos ulteriores ou para ingresso no mercado de trabalho.

A Escola Polivalente é dotada de:

- oficinas de Artes Práticas (Artes Industriais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar) de acôrdo com padrões que se ajustem as condições das zonas urbanas e rurais.
- laboratórios de Ciencias
- bibliotecas
- equipamento e material de ensino adequados

- dependencia para pratica de Educação Fisica e Desportos •

0 curriculo da Escola Polivalente se caracteriza simultaneamente pela continuidade e diversidade . Ha um nucleo de disciplinas tradiclonáis para assegurar a cultura comum e uma oferta de opções para atender a variedade de aptidões e interesse individuais, reduzindo-se no mínimo o desperdicio de talentos e vocações e evitando-se, por meio de contínua orientação, uma escola profissional prematura

0 sistema escolar como um todo, deve promover condições para a graduação em quatro anos de todos os alunos que nele ingressarem,mantendo e melhorando ao mesmo tempo os padrões da ação educativa •
Espera-se, com a nova organização curricular, reduzir a repetência e evasao, de modo a eliminar essa grande fonte de desperdicio de recursos humanos .

A perfeita integração das Escolas Polivalentes com as comunidades, representa uma das principais metas a serem atingidas, isto porque as escolas polivalentes buscam o despertar da consciência de interesses da população para os problemas de sua comunidade promovendo :

- comunicação constantes entre professores lideres da comunidade e pais;
- cursos apropriados de educação de adultos;
- a participação da comunidade na execução de projetos que visem o desenvolvimento dos serviços locais;
- o apoio comunitario as escolas .

Implantação do Programa

Inicialmente em uma lª fase a atuação do programa abrangera:

- a construção de 257 ginásios polivalentes, em 4 estados da federaçao(Rio Grande do Sul, Bahia,Minas Gerais,Espírito Santo).

- treinamento de 9-770 novos professores
- aperfeiçoamento de 2.447 professores
- aumento de novas matrículas da ordem de 227.600.

Posteriormente serão beneficiados os demais estados da federação dentro de critérios de prioridade.

c) Atualização do ensino agrícola pelo Sistema Escola-Fazenda

0 Sistema Escola-Fazenda visa a atualizar o ensino agrícola de grau médio a fim de que ele possa acompanhar o extraordinário desenvolvi - mento tecnológico que se vem processando nas atividades de produção agro - pecuária, dando oportunidade aos educandos para executarem programas agrí- colas orientados, de sua responsabilidade, que se traduzirão em renda, me- diante a comercialização da produção, cujos lucros financeiros revestirão em benefício dos participantes. Desta forma proporciona aos estabelecimen- tos condições de auto-suficiência na produção de alimentos o que reduz o custo de sua manutenção.

Com a implantação do Sistema Escola-Fazenda, presentemente adotti do em colégios no País, os demais estabelecimentos congêneres, reconhecen- do o valor deste novo processo de ensino, estão envidando os maiores esfor- ços no sentido de se adaptarem ao mesmo, de acôrdo com as possibilidades de seus limitados recursos financeiros e técnicos.

A integração dos Colégios Agrícolas na comunidade tem sido um dos elementos rnais promissores para a efetiva consolidação dos Sistema Es- cola-Fazenda no meio rural brasileiro.

4.2 - Na área de Programas de Preparação e Aperfeiçoamento de Re cursos Humanos

- Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Pro fissional

0 Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - instituído pelo Decreto-Lei nº 6l6 - de 9 de ju- nho de 1969, começou a operar em fins de 1970.

Sua finalidade é a preparação e o aperfeiçoamento de docentes,

técnicos e especialistas em formação profissional, bem como a prestação de assistência técnica para a melhoria e a expansão dos órgãos de formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico docente existente no País.

No desempenho de suas atribuições, o CENAFOR poderá firmar contratos e convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, agências governamentais estrangeiras e multinacionais ou organismos internacionais de assistência técnica.

O CENAFOR oferecerá aos que se dedicam à formação profissional, técnicos, docentes e especialistas em geral, meios de preparação, especialização e aperfeicoamento que não podem encontrar om suas árias influência, além dos recursos de suportes técnicos e didático, para melhor desenvolvimento de suas tarefas.

Em 197O quando do início de suas atividades o CENAFOR atendeu 3O5 participantes de cursos, seminários e treinamentos.

Para 1971 estão previstos cursos de Formação, Aperfeiçoamento, Especialização e outros cursos num total de 3.960 participantes.

Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra

Surgiu em 1964 o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial, cujo alvo foi preparar técnicos em Mecânica, Material de Transportes, Eletrônica, Química e Construção Civil. Nessas áreas se registrava a maior concentração de mão-de-obra qualificada.

Para atender as peculiaridades regionais do País criaram-se coordenações Regionais com ampla flexibilidade Estas dentro de uma ação descentralizadora, firmam convênios com entidades executoras dos cursos, isto é, com Escolas, Indústrias, Prefeituras ele.

0 PIPMO teve, então, como objetivos até setembro de 1970: especializar, '(treinar e aperfeiçoar o pessoal de indústria; habilitar novos profissionais para o ensino Industrial; formar instrutores e encarregados de treinamento na indústria.

Os expressivos resultados obtidos airé 1970 (foram treinados , em 1970/97I cêrca de 30.000 pessoas em diversas categorias profissionais) conduziram a extensão das atividades para abranger os setores primário e terciário. Assim transformou-se o Programa em PIPMO - Programa Intensi-

vo de Preparação de Mão-de-Obra,

Em 1971 no que concerne ao Setor Secundário a ênfase continua a ser emprestada à capacitação de pessoal para as indústrias dinâmicas, ao quadro de manutenção das indústrias " tradicionais ", à indústria de construçao civil, a construção rodoviária e do plano de eletrificação.

No Setor Terciário, a prioridade tem sido o desenvolvimento de cursos ligados as profissões de saúde, para as atividades de comércio exterior e mercado de Capitais. Posteriormente serão objetivados programas de treinamento de pessoal para os serviços hospitalares, comunipaçoes,transportes e atividades comerciais.

No Setor Primário sao Incrementados programas de treinamento para determinados setores em transição para tecnologia de "agricultura moderna" para as atividades de pesquisas, de reflorestamento, de acordo com a politica do Governo de incentivo a esses Sub-Setores. Em nivel rnais elevado, pretende-se desenvolver programas de treinamento com vista a estabelecer uma mentalidade empresarial agrária, bem romo O estudo da problemática de distribuição da produção e abastecimento.

4.3 - Na área de Aperfeiçoamento do sistema educacional

Televisão Educativa

A necessidade de encontrar meios que tornem a educação acessível a todos ou seja, democratizá-la de forma a atender os anseios do povo, levou o Brasi] a so valer de técnicas avançadas, principalmente a TV - 6 um veículo de comunicação de massa de inegável poder de impacto, multiplica - ção e abrangência de inestimável valor para o Brasil, país de grande extensao territorial e população rarefeita.

I)c acôrdo com as estatísticas relativas ao ano de 1968, situamo-sos entre os países que possui maior número de receptores. Ocupamos o 9^{9} Lugar entre 110 países, com aproximadamente, 5 milhões de aparelhos,

Dentre as várias experiências de TV Educativa, uma merece especial destaque: - a experiência piloto do Estado do Maranhão, onde o nível de escolaridade é baixo. Essa experiencia se faz nas duas primeiras só -

duas primeiras series do curso secundario •

0 advento da TVE no Maranhão em circuito aberto propiciou que rnais de 6.251 alunos obtivessem matricula no curso ginasial no ano 1 9 7 0.

Analisando o desempenho de cursos ministrado pela TVE, depara mo-nos com um indice bastante expressivo de aprovações que foi de 97,8 % na 1ª série e na 2ª série 99,1% Como podemos ver pelo qua dro abaixo, a linguagem numerica e muito animadora, e comprova a validade e a eficiência da TVE *no* ensino brasileiro •

Quadro I - Aproveitamento dos alunos atendidos peia televisão educativa, no Curso Ginasial, em 1970 por serie, matrícula, desistência, aprova ções e reprovações em números absolutos e percentuais .

M A R A N H Ã O

1 9 7 0

Situação		Matrículas			Desistentes		Frequentes		Aprovados		Reprovados	
Série	Turmas	Previstas	Efetivas	%	Nºs	%	Nºs	%	Nºs	%	Nºs	%
1ª	109	4.578	4.516	98,6	116	2,5	4.400	97,5	4.305	97,8	95	2,2
2ª	43	1.806	1.735	96,1	38	2,2	1.697	97,8	1.682	99,1	15	0,9
Total	152	6.384	6.251	97,9	154	2,5	6.097	97,5	5.987	98,1	110	1,9

* Fonte : Assessoria de Planejamento e Avaliação da TVE MA 1 9 7 0

Em face da deficiencia de vagas no ensino medio no *Esta* do, o atendimento da TVE se estendeu aos adultos, através do curso de madureza ginasial 1º ciclo, proporcionando o funcionamento • de mais 102 turmas com 4.200 alunos matriculados.

Devido ao funcionamento noturno do curso de madureza e de outros fatores inerentes ao processo de desenvolvimento, o índice de frequência dos alunos foi de 82%.

A TVE no Estado do Maranhão, atuando em consonancia com a realidade local, apresentou um novo tipo de trabalho escolar, tanto docente, quanto discente, levando e cumprindo os principios e métodos da pedagogia moderna.

Deste modo a performance da TVE e explicada pelos se - guintes pontos:

1 - permanente acompanhamento e avaliação do professor **de TV;**

2 - avaliação minuciosa das aulas quanto aos aspectos técnicos e didáticos para se eliminar em aulas posteriores, falhas encontradas anteriormente;

3 - permanente processo de assistência, orientação, apoio ao trabalho de aprendizagem e formação desen - volvida pelo aluno, através do orientador de aprendizagem;

4 - sistema permanente de recuperação dos alunos defi - cientes, quo sob a coordenação do orientador de a - prendizagem deflagra uma atuação intencional sobre o aluno visando recupera-lo, pela eliminação dos conflitos que geram a deficiencia segundo cada caso diagnosticado;

5 - permanente motivação para o trabalho em classe atraves de técnicas essencialmente ativas; (dinamica de grupo);

6 - poder sugestivo e impressivo da televisão utilizada com veículo de ensino;

7 - dupla atuação sobre o aluno, proporcionada pelo professor de TV através do ensino, informando e desafiando o aluno e pelo orientador de aprendizagem, assistindo-o, apoiando-o e orientando-o no processo de aprender;

8 - promoção de atividades complementares, contrôle direto e continuo na produtividade de aluno;

9 - 0 feed-back constante proporciona a todos setores ' da experiencia possibilidade de reajustamento;

10 - A filosofia pedagogica empregada propicia ao aluno a verdadeira fonte de aprendizagem, através da atividade estimulada, orientada e subsidiada pelo professor;

11 - capacidade de absorver maior numero de alunos em suas turmas (minimo de 40 alunos) do que as turmas do ensino formal (no máximo 30 alunos) não so pela organização dinamica das telesalas, como também pelo atrativo da televisão.

Portanto podemos concluir:

1 - "A teleducação e formula apropriada para a solução de problemas educacionais em regiões subdesenvolvidas, decorrentes da falta de professores em numero e qualidades suficientes, de distancias a cobrir e de extensão de atendimento, entre outros;

2 - A televisão presta-se eficientemente para atender o sistema educacional, desenvolvendo currículos con — vencionais, desde que sejam atendi Ias ns exigências biopsicossociais da população alvo;

3-O êxito da Televisão educativa depende fundamentalmente da filosofia, da funcionalidade e da eficiencia do sistema de avaliação que adotar, nao como um fim, mas como uma etapa dentro do processo educativo".

Radiodifusão Educativa

0 Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministerio da Educação e Cultura, lançou, a partir de A de outubro de 1970, uma programação educativa diaria e cultural semanal nas emissoras de rádio do Pais, com o nome de Projeto Minerva.

Esta programação inclui a complementação do trabalho de sistemas educacionais regulares de educação supletiva de adolescentes e adultos, educação continuada, abrangendo ainda orientação educacional e profissional.

0 Projeto Minerva tem sua ação veiculada para todas as regiões do Pais, excetuando a Região Norte, onde sera estendido com veiculação de curso de educação continuada aos alunos alfabetizados pelo MOBRAL.

A recepção dos cursos e feita de duas maneiras:

- Organização um grupo de 30 a 50 alunos, sob a orientaçao de monitor, acompanha as aulas. Cada sala ou radioposto tem um radioreceptor. 0 acompanhamento e feito com apostilas; e

- Isolada : o acompanhamento e feito pelo aluno, so zinho, geralmente em sua propria casa.

Existem, atualmente, 39.322 alunos assistindo aos cursos com recepção organizada em 717 radiopostos.

Os primeiros cursos veiculados pelo Projeto ainda nao terminaram, razão porque nao existem dados estatísticos sôbre avaliação dos mesmos.

A.7 - Material Didático

Para enfrentar o gigantesco desafio da falta de livros, que todos os anos limita os caminhos do progresso para milhares de estudantes brasileiros, foi instituida a COLTED, Comissão do Livro técnico e do Livro Didático, no Ministerio da Educação e Cultura em 1.967.

Para tornar possível o atendimento deste objetivo o Ministerio da Educação e Cultura firmou convenio com o Sindicci to Nacional de Editores de Livros (SNEL) e com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), visando atender as necessidades atuais e futuras dos estudantes brasileiros.

A rneta fundamental c a distribuição gratuita de li - vros a todos os estudantes dos niveis primario e medio e permitir ao estudante de nivel superior maior numero de livros técni cos cada vez mais baratos.

Alem do atendimento ao aluno, a COLTED organizou bibliotecas experimentais nos estabelecimentos de ensino, nos tres niveis, dotados de um determinado número de volumes reputados entre os melhores existentes, selecionados por elementos técnicos e com profundo conhecimento de livros em suas areas.

A biblioteca da COLTED tem por finalidade dar ao pro feasor e ao aluno oportunidade permanente de manuseio de melhores livros, instrumentos básicos para lhes facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento cultural.

Ate 197O, no desempenho de suas funções a COLTED buscou atingir os seguintes objetivos:

- Coordenar e executar todas as atividades do MEC relacionadas com a produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros didáticos e técnicos no pais.

Estimular o fortalecimento e a expansão de uma industria editorial e grafica de livros técnicos e didáticos, auto suficiente e economicamente solida no Brasil, que, pela expansão do mercado, reduzira o custo do livro •

Livros distribuídos ea 1970, no Brasil, pela COLTED

NÍVEL PRIMÁRIO

Séries	Nº de alunos (1000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)
1	3.972	1	3.972
2	2.465	1	2.465
3	2.120	3	6.360
4	1.660	3	4.980
5	1.660	1	1.660
Totais	11.877	9	19.437

NÍVEL MÉDIO

Séries		Nº de alunos (1.000 Pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)
Ginasial	1	1.381	4	5.524
	2	739	4	2.956
	3	576	4	2.304
	4	403	4	1.612
Colegial	5	369	4	1.476
	6	280	4	1.120
	7	209	4	836
Totais		3.957	28	15.828

NÍVEL SUPERIOR

	Nº de Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)
1	70	5	350
2	58	5	290
3	49	5	245
4	41	5	205
5	21	5	105
Totais	239	25	1.195

EM 1 9 7 1

Pelo Decreto nº 68.728, de 9/6/71 foi extinta a COLTED receben do o Instituto Nacional do Livro aa atribuições antea cometidas a quela comissão .

Para dar prosseguimento ao programa do Livro Didático e técnico o Instituto Nacional do Livro elaborou suas atividades dentro dos se guintes criterios básicos

CoNdicÃo :

o Instituto Nacional do Livro coeditara os títulos selecionados pelos Departamentos de Ensino Fundamental, de Ensino Medio e de As suntos Universitarios (MEC Secretaria de Educação) .

Conveniez com os Estados :

0 Inotituto Nacional do Livro fará convenios com os Governos Es_ taduais, visando a distribuição da parte que lhe couber no sistema de coedição .

Implantação progressiva do Fundo Nacional do Livro Didático:

Visando a criação e desenvolvimento de um programa permanente, o INL promovera a implantação do Fundo Nacional do Livro Didático que reunira as contribuições do Governo Federal, dos Governos Esta duais e de outros recursos eventualmente destinados ao Programa .

Com a Constituição do Fundo pretende-se especialmente possibili tar o melhor aproveitamento dos recursos das diversas areas da Admi- nistração Publica destinados ao Livro Didático; alcançar progressiva mente parcelas maiores do alunado brasileiro, visando o atendimento do universo escolar .

5. - Planificação da Educação: realizações no preparo e aplicação dos planos de desenvolvimento educacional.

0 processo de planejamento educacional no Brasil tem sido marcado pela elaboração de planos setoriais inseridos em planos sócio-econômicos globais Assim é que, cumprindo dispositivo legal, o Ministério da Educacao e Cultura elaborou, este ano, o Plano Setorial de Educação e Cultura, dentro das "Bases da Polìtica Nacional de Desenvolvimento", como parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico Social para o triênio 1972/1974.

A educação brasileira, vivendo intenso momento de esforço para o desenvolvimento e tendo em vista que a educação por si mesma, en. virtude do longo prazo de maturação de seus projetos, nao pode prescindir de um horizonte prospectivo na determinação de seus objetivos e metas, insere o plano setorial de educação para o triênio 1972/74, como objetivo intermediário dentro do horizonte previsto para a 2- década de desenvolvimento das Nações Unidas, que estabeleceu o ano de 1980 como o marco temporal na definiçao das diretrizes e metas do setor educacional.

Esse plano, aberto e flexível - objetivará a continuidade da expansão e a aceleração da revolução no processo educacional brasileiro; visará tornar a população brasileira tanto um fator de produção, através dos efeitos da escolarização sobre a produtividade de mão-de-obra, quanto destinatária dos resultados do progresso.

Procurar-se-á, em especial, visando a ampliação do mercado interno, desenvolver instrumentos para integrar as populações rurais e urbanas marginalizadas no processo educativo, através de um ensino adaptado à realidade do ambiente e às mudanças sociais.

De modo concreto, a estratégia educacional conjuntural perseguirá os seguintes objetivos:

. Quanto à alfabetização:

- Universalizar o ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos 7 a 14 anos de idade;
- Eliminar possivelmente na década de 1970 o analfabetismo de adolescentes e adultos, concentrando esforços na faixa dos 15 aos 35 anos de idade;

. Quanto ao desenvolvimento de recursos humanos para uma sociedade democrática:

- Preparar o homém para o exercício consciente da cidadania,com fundamento nos principios do idealismo que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais;
- Despertar as vocações, desde o nivel do ensino fundamental;
- Estimular a expansão do sistema de treinamento e retreinamento;
- Proporcionar terminalidade ao ensino de 2º grau visando, a formação dos técnicos de nível médio;
- Expandir, sem prejuízo dos padrões qualitativos, a oferta do ensino superior, especialmente nas áreas tecnológicas, formação do magistério e ciência da saúde;
- Acelerar a reforma da Universidade;
- Instituir os Centros Regionais de Pós-Graduação}
- Manter a gratuidade do ensino ulterior ao fundamental para todos que sejam carentes ou tenham insuficiência de recursos, ató que se institua um adequado sistema de bolsas para estudantes;

. Quanto à integraçao da unidade educacional com a comunidade:

- Estabelecer instrumentos para a ação da escola em sua zona de influência comunitária, especialmente sob a forma de estágios supervisionados como parte da organização curricular, e de integração da escola com a emprêsa;
- Desenvolver organizações intermédias de tipo comunitário na área educacional, permitindo assim maior interação entre a escola e a comunidade;

• Quanto à ciência, tecnologia e cultura

- Estimular a pesquisa continua como processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento;
- Dotar as instituições educacionais de estruturas flexíveis e permeáveis a inovação;
- Experimentar as modernas tecnologias no campo educacional, absorvendo aquelas que sejam adequadas às nossas condições;
- Desenvolver instrumentos que incorporem ao nosso patrimônio elementos da cultura universal, sem perda de nossa autenticidade;

. Quanto ã educação física, desportiva e recreativa:

- Reorganizar e consolidar a educação física, os desportos e a recreação, no sentido da prática de atividades físicas no âmbito dos sistemas educacionais, abrangendo todos os níveis, com ênfase no ensino fundamental;

- Oferecer à população possibilidade de praticar atividades físicas em instalações constuídas nas cidades com este objetivo;
- Maximizar a efetividade da organização desportiva formal - associações desportivas, federações, confederações etc - orientando-a no sentido comunitário e de livre iniciativa. A ação governamental será basicamente supletiva e reguladora.

• Quanto a instrumentos de apoio essenciais aos sistemas educacionais.

- Incrementar os programas de assistência aos estudantes
- Adequar os recursos humanos necessários & sua operação)
- Utilizar métodos e técnicos que levam a uma operação planificada

• REALIZAÇÕES PROGRAMADAS

Pretende-se a consecução de metas destinadas a, no periodo de 1972/1974» dar maior ênfase a expansão do ensino de 1º e 2º graus do que em fases anteriores, sem prejuízo da grande expansão que ainda será realizada no ensino superior. são as seguintes as metas mínimas no setor:

- Ensino de lº grau

Elevação do total de matrículas de 16 300 000 em 1970 (primário e ginásio) para 22.000.000 em 1974 (ensino do 1º grau) representando um acréscimo global de 35%, em um ritmo anual de 7,8 ao ano.

A implantação do ensino de 1º grau, ajustando a obrigatoriedade de atendimento da faixa de 7 a 14 anos a uma escolaridade fundamental também de 8 a — nos, permitirá, principalmente, pela integração curricular dos dois antigos níveis de ensino - primário e ginasial, maior fluidez ao sistema nos seus anos iniciais (primário) e incremento considerável das matrículas nos anos finais (ginásio).

Esta situação refletir-se-á principalmente, na área urbana, onde a rneta de escolarização é de 95% da faixa de 7 a 14 anos em 1975, com evidentes acréscimos na escolaridade média por aluno.

Na zona rural a meta é atingir-se 80% da faixa etária de 7 a 14 anos, também em 1975, pelo aumento das oportunidades nos anos iniciais e implantação gradativa do ensino de 1º e 2º grau •

No decorrer do triênio 72/74 será ultrapassada a rneta nacional de escolarização de 80% da faixa etária de 7 a 14 anos.

- No Ensino de 2º grau

Expansão de 100% do total da matricula até 1974 elevando-a de 1 100 000 em 1970 para 2 200 000 em 1974, em um ritmo de crescimento anual de 18,9% ao ano.

Atenção especial será dada à expansão do ensino profissionalizante, tanto nos cursos de formação técnica tradicional - Industrial e Agrícola, que crescerão a taxas superiores à média - bem como as inovações curriculares a que atenderao as atuais e futuras solicitações do mercado de trabalho,

No Ensino Superior,

Elevação das matrículas de 430.000 en 1970 para 820.000 em 1974, com um acréscimo total de mais de 90%, era um ritmo de 17,5% so ano.

Esse aumento no ensino Superior verificar-se-á, principalmente, nas are as prioritarias ja definidas: formação de professores para as quatro ultimas series do ensino de 1º grau, para o ensino de 2º grau e Superior.

Programas não-formais de Valorização de Recursos Humanos

Intensificação e expansão coordenada destes programas destacando-se:

- Alfabetização e Educação Continuada de Adultos.

Redução do número de analfabetos na faixa de 15 a 35 anos de cerca de 7.000.000 no início de 1970 para 1.000.000 até 1974 somando-se para o programa recursos de 30% da Loteria Esportiva, de incentivos fiscais, das Secretarias de Educação, de Prefeituras Municipais e das Comunidades. Os recursos federais atingirão cerca de 300 milhões para o triênio de 1972/1974, sendo sua aplicação coordenada pelo MOBRAL. Alem da alfabetização funcional, o MOBRAL implantara cursos de educação integrada,devendo atingir cerca de 1.000.000 de alunos no triênio de 1972/1974.

Outras entidades alem do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) serão apoiadas em regiões nao atendidas pelo MOBRAL, pretendendo-se atingir adicionalmente cerca de 1.000.000 de pessoas em cursos de alfabetização funcional e educaçao continuada no triênio de 1972/1974, notadamente na area de atuação do Pro grama de Integração Nacional.

- Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra.

0 PIPMO originariamente atuara apenas no setor industrial.

Atualmente o programa alargou o seu campo de ação, buscando atender os setores primario e terciário, especializando, treinando e aperfeiçoando pessoal empregado nos três setores econômicos.

Sao metas para o triênio 1972/1974

Setores	Treinados
Primário	1635.000
Secundar io	240.000
Terciário	145.000
TOTAL	550.000

Programa de Valorização e Aperfeiçoamento de Magisterio

No ambito do ensino de 1º grau a meta e atingir ate 1974» mais de . . . . . 1.000.000 da docentes não titulados doa antigos niveis primário e ginasial ,

representando cêrca de 45% dos mestres leigos do nível do lº grau, em curaos de qualificação e/ou titulação, Pretende-se até o final da década a habilitação da totalidade dos professores para as oito séries de ensino do lº grau.

No ensino de 1º grau o PREMEM treinará 23.400 professores para as unidades do seu programa da expansão e melhoramento ao ensino, ao longo do projeto a encerrar-se em 1974.

No ensino do 2º grau as metas de treinamento de professores, serão realizadas pelos Centros de Educação Técnica, sob a coordenação do Centro Nacional de Formação (CENAFOR), prevendo-se atingir quase 30,000 docentes.

No ensino superior o programa de implantação progessiva do tempo integral prevê acréscimo cumulativo até atingir em 1974 as seguintes metas.

4.000 docentes em tempo integral
8.000 docentes em outros regimes
6.000 monitores

0 programa de valorização do magistério enfatizará o cumprimento dos dispositivos legais que estabelecem níveis salariais mínimos para o professorado e será complementado pelo projeto de estruturação definitiva das carreiras e regimes salariais do ensino de 1º e 2º graus.

0 Ministério da Educação e Cultura, objetivando estabelecer um processo integrado de planejamento e atender à necessidade do acompanhamento e avaliação, a partir do qual se atinja uma racional utilização dos recursos existentes, implantará um sistema de coordenação, acompanhamento e avaliação de todos os programas e projeto educacionais. Ease Sistema visa também estabelecer a constante atualização dos processos de implantação, a fim de modernizar a máquina administrativa do setor.

Ensejará, por outro lado, a coordenação dos planos aos niveis federal, estadual e municipal

6 - Financiamento da Educação.

Orçamento total consagrado à Educação em 1969 / 1970, comparado a 1968 / 1969. Percentagem do orçamento consagrado à Educação em relação ao produto interno bruto (ver quadros anexos).

BRASIL, RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO E PRODUTO INTERNO BRUTO 1960/1970 (*)

ANO	RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO							PRODUTO INTERNO BRUTO	RECURSOS EM % DO PIB
	Recursos Públicos				Privados	Externos	Total		
	Federais	Estaduais	Municipais	Total					
1960	677.270	1.097.301	147.320	1.921.891	415.100	4.000	2.340.991	95.604.800	2,4
1961	721.966	1.277.448	149.066	2.148.480	429.700	14.900	2.593.080	102.587.000	2,5
1962	869.327	1.463.298	138.430	2.471.055	454.700	4.700	2.930.355	110.203.800	2,6
1963	696.787	1.167.626	86.880	1.951.293	461.000	247.200	2.659.493	113.560.300	2,3
1964	837.146	1.087.428	136.154	2.060.728	468.000	20.800	2.549.528	115.205.800	2,2
1965	1.239.312	1.839.506	211.542	3.290.260	477.100	19.800	3.787.160	117.337.700	3,2
1966	1.292.364	2.078.876	268.316	3.589.556	481.000	104.200	4.174.756	124.156.400	3,4
1967	1.323.921	2.406.191	364.913	4.095.025	507.800	114.300	4.717.125	128.673.500	3,7
1968	1.202.061	2.674.652	479.706	4.356.419	501.000	121.000	4.978.419	143.842.100	3,5
1969	1.396.200	3.322.717	519.410	5.238.327	560.500	180.000	5.978.827	158.017.800	3,8
1970	1.480.000	3.690.000	610.200	5.780.200	578.000	181.000	6.539.200	172.239.400	3,8

FONTE: Centro Nacional de Recursos Humanos

(*) - Cr$ 1.000,00 de 1 9 7 0 .

G A S T O S P Ú B L I C O S E M E D U C A Ç Ã O

(Como Porcentagem do Produto Nacional Bruto e Taxas de Crescimento em Alguns Países do Mundo)

P A Í S E S	GASTOS PÚBLICOS COMO % DO P N B	ANO DE REFERÊNCIA	TAXA REAL DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
ÁUSTRIA	4,40	1967	9,3	1957-1966
BÉLGICA	5,57	1967	8,6	1958-1967
BRASIL	3,35	1970	18,8	1964-1970
CANADÁ	5,65	1965	13,5	1954-1965
DINAMARCA	6,12	1967	11,4	1955-1966
FINLÂNDIA	6,43	1967	nd	-
FRANÇA	4,81	1967	11,0	1952-1967
ALEMANHA OCIDENTAL	2,96	1966	9,3	1950-1966
GRÉCIA	1,89	1964	12,2	1950-1966
ISLÂNDIA	4,80	1967	nd	-
IRLANDA	4,23	1967	5,7	1950-1965
ITÁLIA	5,44	1967	13,7	1957-1965
JAPÃO	4,54	1965	9,8	1950-1965
HOLANDA	6,71	1967	11,4	1950-1961
NORUEGA	5,81	1967	7,4	1950-1967
PORTUGAL	1,44	1965	6,5	1950-1965
ESPANHA	2,06	1967	10,4	1950-1966
SUÉCIA	7,40	1966	10,0	1957-1965
SUÍÇA	3,62	1964	7,9	1955-1964
TURQUIA	3,70	1967	9,5	1950-1967
REINO UNIDO	4,15	1965	7,8	1953-1965
ESTADOS UNIDOS	5,10	1967	8,2	1955-1967

FONTE: The OECD - Observer nº 44/February 1970 (Gastos públicos como percentagem do PNB) .

The OECD - Observer nº 47§August 1970 (Taxas de crescimento dos gastos) .

7 - Lista das principais publicações oficiais sobre Educação

1 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - INEP

2 - Cultura - Revista do Serviço de Documentação do Mec

3 - revista Brasileira de Cultura (Conselho Federal de Cultura - (MEC)

4 - Documenta - Conselho Federal de Educação

5 - MEC - Arquivos - Serviço de Documentação

6 - Curriculum - Semestral - FGV

7 - Boletim MEC - DEM

o - Súmula do Conselho Federal de Educação

9 - MEC em revista

10 - CAPES - Boletim Informativo

11 - Revista Brasileira do Folclore - MEC

12 - Anais da Biblioteca Nacional

13 - Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional

14 - Revista da Alimentação e Material Escolar - (Campanha Nacional de Alimentação Escolar)

15 - Anuario do Museu Imperial - (Museu Imperial)

16 - Anais do Museu Histórico Nacional

17 - Revista Brasileira para Cegos (Braille)I Benjamin Constant

18 - Boletim técnico Informativo - Divisão de Educação Fisica

19 - Sinópse Estatistica do Ensino Medio - Serviço de Estatistica da Educação e Cultura

20 - Bibliografia Brasileira de Educação - Centro Brasileiro de pesquisas Educacionais - INEP

21 - Cadernos Região e Educação - Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife

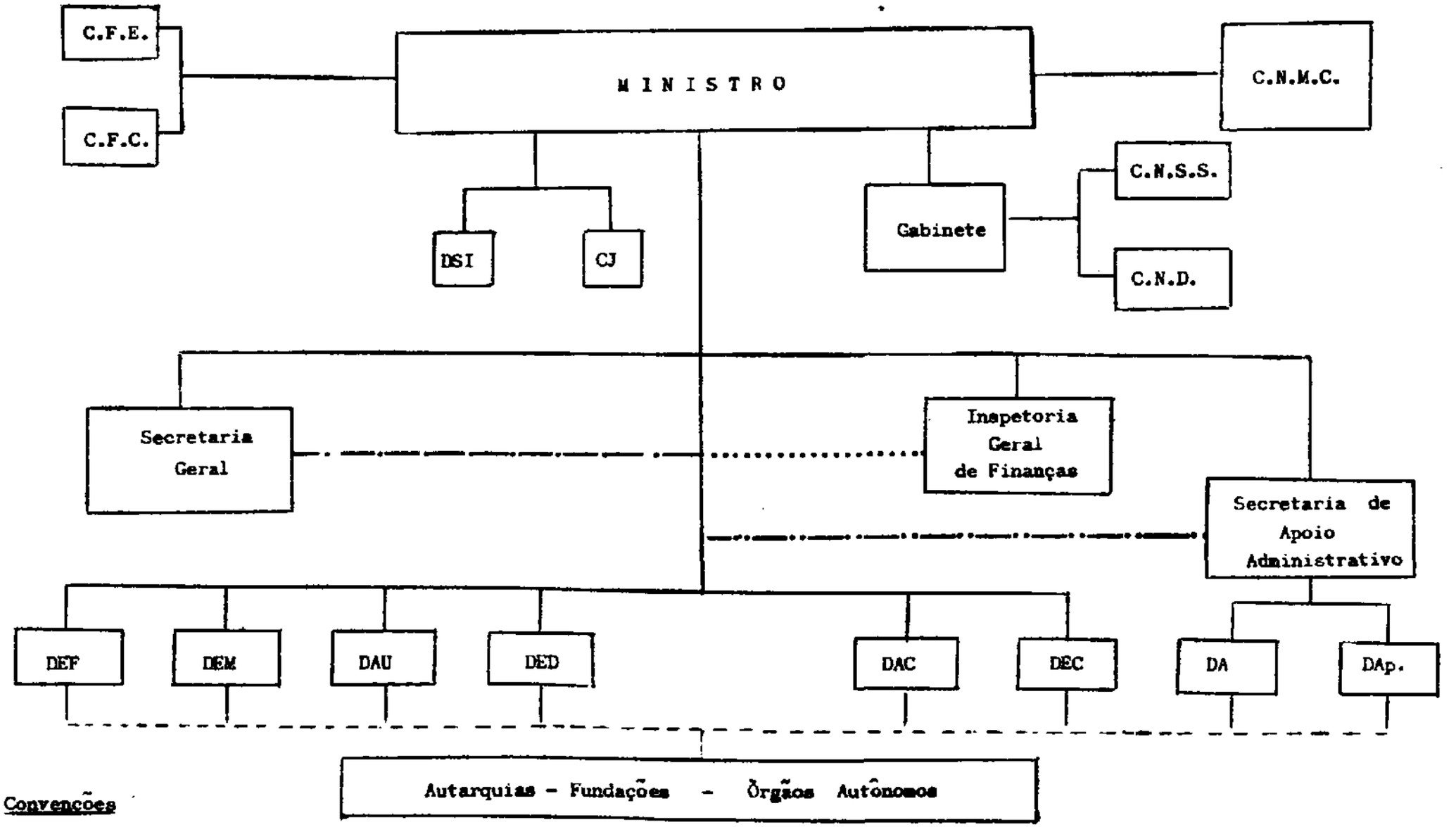
22 - Pesquisa e Planajamento - Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo .

23 - Criança e Escola - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Pinheiro " - Belo Horizonte - MG

24 - Revistas dos Conselhos Estaduais de Educação de Sao Paulo; Pernambuco; Piaui, Paraná; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Bahia ; Para; Rio Grande do Norte; Minas Gerais; Maranhão e Espirito Santo •

OBSERVAÇÃO: Com exceção da- Revistas dos Conselhos Estaduais de Educação, as publicações citadas sao do MEC convêm acrescentar que as Secretarias de Estado de Educação dispõem de publicações so bre educação •

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



Convenções

——— Subordinação

——— Supervisão Ministerial (Arts.19 e 26 do Dec-Lei 200/69)

—·—·— Planejamento, Orçamento, Orientação e Coordenação

····· Inspeção e Controle Financeiro

—··—··— Apoio Administrativo

Anexo 1

DECRETOS Nº 66.296 do 3/3/70 e 66.967 de 27/7/70

ABREVIATURAS USADAS NO ORGANOGRAMA DO MINISTERIO DA EDUCAÇãO E CULTURA

CFE - Conselho Federad de Educação

CFC - Conselho Federal de Cultura

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

DSI - Divisão de Segurança e Informações

CJ - Consultoria Jurídica

GAB - Gabinete do Ministro

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CND - Conselho Nacional de Desportos

DEF - Departamento de Ensino Fundamental

DEM - Departamento de Ensino Médio

DAU - Departamento de Assuntos Universitários

DED - Departamento de Desportos e Educação Física

DAC - Departamento de Assuntos Culturais

DEC - Departamento de Educação Complementar

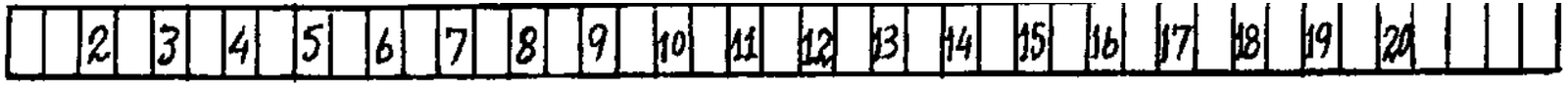
DA - Departamento de Administração

DAp - Departamento de Apoio

/fas.

Anexo 2

SISTEMA DE ENSINO



Ensino Primário

Ensino Médio

* Exame de Admissão
O V Orientação Vocacional
Certificado de Curso Ginasial
Certificado de Aprendizagem
Certificado de Colégio Técnico
FP Formação Profissional
Certificado de Colégio Secundário
Estágio de Formação Profissional
Diploma de Técnico Grau Médio
Diploma de Professor Primário
X Concurso de Habilitação
Diploma de Graduação
Diploma de Pós Graduação

OBSERVAÇÕES

Aprendizagem: Idade mínima de 14 anos
Ginásio: Há equivalência entre os cursos
Colégio: Transferência comum concluída a 1ª série

Aprendizagem 2 a 3 anos

Ginásio Industrial O V	Colégio FP Téc. Indust.	
Ginásio Agrícola O V	Colégio FP Agrícola	
Ginásio Comercial O V	Colégio FP Comercial	Estabelecimentos de ensino superior
Normal Regional O V	Colégio Normal	
Ginásio Secundário	Colégio Secundário	
Ginásio Polivalente O V	Colégio Militar	

3,4,5 e 6 anos — 1,2 anos

Escola Maternal

Jardim de Infância

Escola Primária

Escola Primária (5 anos)

Escola Primária (6 anos)

OBSERVAÇÃO:

A partir da Lei nº 5.692 de 11 de agôsto de 1971 outro sistema será implantado

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo